



Anais da Assembléia

N. 15

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE MARÇO DE 1986

ANO XII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 1986

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Eduardo Baggio e Edilson Alencar.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pérciles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE : — (Anibal Khury) Está em votação a ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, a respeito da ata da última sessão, constou a aprovação em Primeira Discussão, do Projeto de Lei n. 04/86, que concede o aumento ao funcionalismo público estadual, de 9,23 por cento, relativos à diferença verificada no último aumento concedido pelo Governador.

Hoje, pela manhã, Sr. Presidente, mantivemos contato com o Secretário de Administração, Dr. José Olímpio de Paula Xavier e com o Governador José Richa, e por eles foi sugerido que a nossa bancada, na tarde de hoje, rejeitasse o Substitutivo mandado pelo Governo a esta Assembléia, que além de conceder o aumento de 9,23 por cento, também adequava o vencimento do funcionalismo público estadual ao pacote econômico.

Portanto, a posição de nossa bancada na sessão de hoje, será apenas a de votar o aumento de 9,23 por cento, rejeitando as demais emendas, rejeitando o Substitutivo Geral do Governo,

para que a bancada, amanhã, às dezoito horas, em reunião com o Governador, discuta a adequação do vencimento do funcionalismo público ao pacote econômico, porque nossa bancada é contrária à redução do vencimento do funcionalismo, especialmente do piso mínimo do professorado estadual.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Com a palavra o Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Só para lembrar, Sr. Presidente, que era discussão da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Tudo bem.

O Sr. 1.º Secretário passará à leitura do expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 27/86

Curitiba, 12 de março de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de termo aditivo, firmado em 20 de dezembro de 1985, ao convênio celebrado em 08 de julho de 1985, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, o Ministério da Agricultura e o Município de FRANCISCO BELTRÃO, com a intervenção da Associação Paranaense de Suinocultores e da Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste Ltda., visando a continuidade da operacionalização da Central de Inseminação Artificial de Suínos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

— À Diretoria Legislativa

MENSAGEM 28/86

Curitiba, 12 de março de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios celebrados pelo Estado do Paraná, com os Municípios de PRANCHITA e MANGUEIRINHA, em 20 de setembro de 1984, e 09 de novembro de 1984, respectivamente, objetivando o engajamento das Municipalidades no Programa de Manejo Integrado dos Solos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 29/86

Curitiba, 12 de março de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, com os Municípios e nas datas conforme a seguir se menciona, objetivando fomentar a cafeicultura das Municipalidades através da produção, embalagem e distribuição de mudas de variedades de café selecionadas genética e sanitariamente.

Município	Data
PLANALTA DO PARANÁ	11/11/85
SÃO TOMÉ	06/11/85
SANTO INÁCIO	11/11/85
SANTA FÉ	16/12/85

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 30/86

Curitiba, 12 de março de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios celebrados pelo Estado do Paraná, com as partes, datas e objetivos como a seguir se menciona:

- I — Com o Município de CLEVELÂNDIA, datado de 31 de outubro de 1984, objetivando a realização da XII Exposição Agropecuária e Industrial;
- II — com o Município de PRUDENTÓPOLIS, datado de 21 de novembro de 1984, visando a realização da I Festa do Mel e II Encontro de Apicultores.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 31/86

Curitiba, 12 de março de 1986.

Senhor Presidente.

Curitiba, segunda, em 24.03.86

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar, na Secretaria de Estado da Educação, 1 (um) cargo de provimento em comissão de Inspetor Estadual de Educação, símbolo 4-C.

O plano de lei ora submetido a exame dessa augusta Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Comunidade, eis que o cargo em comissão cuja criação é proposta, será destinado à Inspetoria Estadual de Educação prevista na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Educação, através do Decreto n. 7475, de 03 de março do corrente ano, para o recentemente instalado Município de SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica criado, na Secretaria de Estado da Educação, 1 (um) cargo de provimento em Comissão, de Inspetor Estadual de Educação, Símbolo 4-C.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Diretoria Legislativa.

Requerimentos

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, na qualidade de Líderes das Bancadas políticas com assento nesta Casa, REQUEREM a retirada, por duas (02) sessões, do Projeto de Lei n. 04/86, que trata do reajuste do funcionalismo público civil e militar.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(aa) NESTOR BAPTISTA — Líder do PMDB
JORGÊ MAIA FILHO — Líder do PFL
TUGUIO SETOGUTTE — Líder do PDS
ANTÔNIO BELINATI — Líder do PDT
MÁRCIO ALMEIDA — Líder do PCB

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais da Sessão Plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. MARIA DE LOURDES GERONASSO LAGO, ocorrido na data de hoje.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. EGON ALVES MUELLER, ocorrido no dia 18 de março próximo passado, nesta Capital.

O extinto era industrial, e certamente seus valores profissionais e pessoais serão sempre lembrados e enaltecidos em

sua memória.

Requer, ainda, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada, à Avenida Presidente Wenceslau Braz, 1046, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. NODIER FRANCISCO MATANÓ, ocorrido na cidade de Paranaguá na última madrugada. O extinto era pessoa estimadíssima naquela cidade, advogado que militava, no Fórum, prestando serviços aos mais carentes. Nascido e criado em Paranaguá, de tradicional família parnanguara, deixa viúva Dona Lígia Matanó e filhos.

Outrossim, requer, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência deste voto à família enlutada, que reside à Rua Júlia da Costa, 727, em Paranaguá.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo passamento do jovem PAULO ROBERTO BACH GROTT, ocorrido nesta Capital, no dia 23 do mês em curso.

O extinto era casado com Dona Célia Vinheski Grott e filho de Dona Regina Bach Grott e Paulo Grott Filho.

Membro de tradicional família pontagrossense, o jovem Paulo Roberto Bach Grott militou junto às lides da organização do Banco Bamerindus do Brasil, onde era funcionário da Agência Seminário.

O seu prematuro passamento veio sensibilizar de forma profunda a sociedade curitibana e pontagrossense, onde gozava do mais alto conceito e da admiração dos muitos amigos que possuía.

Desta decisão, requer, ainda, seja dado ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Celestino Júnior, 468, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. NELSON PEREIRA JORGE, ocorrido na cidade de Ponta Grossa, no dia 23 do mês em curso.

O extinto era casado com Dona Inocência Palermo Pereira Jorge e deixa o único filho, Irapuan Palermo Pereira Jorge, casado com Dona Janice Moro Pereira Jorge.

Membro de tradicional família pontagrossense, o Sr. Nelson Pereira Jorge militou por muitos anos no setor educacional princesino, como Diretor da Sociedade Educacional

Professor Altair Mongruel e também foi chefe do Centro de Desportos e Recreação da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O passamento do Sr. Nelson Pereira Jorge veio sensibilizar de forma profunda, a sociedade pontagrossense, onde gozava do mais alto conceito e admiração dos muitos amigos que possuía.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dado ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Balduino Taques, 380, Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital, em data de ontem, da veneranda Senhora MARIA DA LUZ LUSTOSA MARTINS.

A extinta, pessoa de grande respeito frente à sociedade paranaense, falece aos 86 anos de idade, deixando vários filhos e netos.

De tradicional família, entre seus descendentes, se acham os netos, Deputado Estadual Luiz Alberto Martins de Oliveira e o ex-Deputado e atual Conselheiro do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, Cândido Manoel Martins de Oliveira.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. GRACIETE SALMON, ocorrido dia 22 de março próximo passado.

Poetisa de renome, com importante atuação junto à intelectualidade curitibana e paranaense.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, seja encaminhada à família da pranteada.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOCELINO PEREIRA DOS SANTOS, ocorrido no dia 24 de fevereiro, no Município de Goioerê.

O extinto era vereador naquele município, e certamente seus valores profissionais e pessoais serão sempre lembrados e enaltecidos em sua memória.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro em ata da presente sessão, de votos congratulatórios pelo 15.^o aniversário da TELEPAZ – Departamento Tele-Conselheiro da Igreja Adventista do Sétimo Dia de Curitiba.

O referido serviço, liderado hoje pelo consagrado e respeitável Pastor Wady Bechara, foi fundado pelo esforçado e nobre Pastor Assad Bechara, em 27 de março de 1971, atendendo, em média, diariamente, chamados telefônicos de mais ou menos 1.500 pessoas que buscam esperança, fé, segurança e paz em meio a um mundo tão conturbado, quando muitas vezes já se encontram junto ao abismo do suicídio, achando ali uma palavra de conforto e orientação baseada nos ensinamentos do Pai Consolador e Todo-Poderoso, capaz de resolver todo e qualquer problema.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à referida organização religiosa, com sede à Rua Carlos de Carvalho, 400.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em ata da presente sessão, votos de congratulações e manifestações de regozijo, atribuídos à Direção do "Diário Popular", na pessoa de seu Presidente, Sr. ABDO AREF KUDRI, pela magna data que assinalou, a 04 do mês em curso, as comemorações alusivas ao 23.^o aniversário de fundação daquele conceituado órgão de divulgação do nosso Estado, ressaltando os relevantes serviços prestados ao longo desses anos, culminando com o prestígio de que goza aquele jornal perante a opinião pública, e a enaltece-lo no setor da informação, a par da efetiva contribuição emprestada ao engrandecimento do Paraná e de seu povo.

Desta decisão, requer, ainda, seja dada ciência àquela Presidência, à Rua XV de Novembro, 1190, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de congratulações ao prestigioso jornal "Diário Popular", desta Capital, que no dia 23 p.p., completou 23 anos de existência, com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Sr. Abdo Aref Kudri, Diretor-Presidente daquele matutino, da aprovação do presente expediente.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Há exatamente 23 anos, Curitiba ganhava mais um órgão de imprensa: Jornal "Diário Popular".

Tendo como Diretor-Presidente o jornalista Abdo Aref Kudri, esse matutino, editado há mais de duas décadas, se posicionou entre os mais tradicionais órgãos da imprensa de nosso

Estado.

Motivando sempre o seu fiel público com promoções anuais aguardadas ansiosamente, tais como "Melhores do Ano" e "Chuteira de Ouro", o Diário Popular vem alcançando uma expansão digna de registro, pois são inúmeras as sucursais que hoje dão atendimento a diversas localidades do Paraná.

O 23.^o aniversário de fundação deve figurar, portanto, nos Anais desta Casa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja concedido voto de congratulações ao jornal "Diário Popular", pela passagem do seu 23.^o aniversário de fundação, comemorado ontem, e a seu diretor-proprietário, Abdo Kudri, que através de incansável trabalho jornalístico tem valorizado o trabalho da imprensa paranaense.

Atuando com independência e responsabilidade, o "Diário Popular" adquiriu, ao longo dos anos, o respeito e a simpatia dos mais diversos segmentos da sociedade paranaense. Na tarefa de bem informar, o "Diário Popular" conquistou uma posição de destaque também entre a classe política, que hoje presta seu reconhecimento.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, votos de congratulações dirigidos ao Ilustríssimo Senhor Gerente-Geral do Paraná, pelas realizações do Projeto Cultural dessa Instituição.

Não há dúvidas que, efetivamente, as conseqüências da péssima política educacional, notadamente a dos últimos 21 anos, serão sentidas por muito tempo, dadas as incontáveis distorções havidas.

A cultura, como de resto todos os setores, sofreu suas deformações, podendo se dizer que uma geração inteira de jovens ficou privada de ter — salvo raras exceções — uma consciência crítica, real e libertadora.

Os tempos, agora, espera-se que sejam outros. A Nação brasileira hoje busca o reencontro com a cidadania, com a independência e soberania; e, naturalmente, as mudanças pretendidas dependerão do desprendimento de todos os brasileiros, juntamente com o governo, para que tais transformações ocorram.

E é justamente esta disposição de luta, a coragem para determinar novos rumos que pode ser sentida, no conjunto dos funcionários da Caixa Econômica Federal, os conhecidos Economizadores, principalmente no plano cultural.

Contando com o indispensável apoio da Associação dos Economizadores do Paraná, tem sido colocado em prática um programa que bem retrata as perspectivas e realizações que se busca dentro da nossa cultura. Mas não existem apenas e tão somente planos e idéias. O que se verifica é a execução de um verdadeiro Projeto Cultural da Caixa, a destacar os seguintes: a doação de livros para as escolas da rede estadual de ensino onde existem bibliotecas (mesmo nas municipalidades onde não existem unidades da Caixa); programas de concertos e

recitais, com entrada franqueada ao público, além de outros espetáculos com grupos musicais, orquestras e instituições musicais; exposições cinematográficas, de fotografias, de vídeo, de artesanatos e de artes plásticas; participação em feiras e eventos em inúmeras cidades do interior paranaense.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o registro que solicito nos Anais deste Poder Legislativo (conforme também documento em anexo), o faço com inteira justiça, para com todos aqueles responsáveis por tal Projeto Cultural, cujos exemplos, demonstrados nas realizações, são de vital importância para o novo Brasil que se almeja; requerendo, ainda, que seja dado ciência do presente requerimento ao Ilustríssimo Sr. Presidente da Associação dos Economistas do Paraná, Fernando Lima.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO)

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos desta sessão, de votos de congratulações dirigidos ao Excelentíssimo Sr. Oscar L. Klein, por ter assumido, recentemente, o cargo de vereador da municipalidade de Peabiru.

Mesmo diante das características culturais de determinadas sociedades; mesmo existindo situações próprias a nível do comportamento humano, sem nenhuma dúvida que, como forma de regime moderno, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, têm aparecido na maioria das nações do mundo, como concepção política mais adotada, possuindo, naturalmente, formas específicas de atuação.

Não querendo aqui, de forma alguma, atribuir maior importância a algum dos Poderes (uma vez que todos eles devem atuar com independência, embora atuando em sincronia) quero dizer, no entanto, que principalmente no âmbito do Legislativo é que se verifica o nascedouro das grandes idéias, posições que, ao longo dos tempos, têm sido a linha de conduta da Justiça e do Executivo.

O Brasil é exemplo disto. Vivenciamos momentos decisivos da vida nacional, ante a perspectiva da Assembléia Nacional Constituinte, esperando-se da mesma o estabelecimento de uma nova ordem jurídica, mas sobretudo social, política e econômica. Assim, caberá, a nível do Parlamento, a tarefa, histórica, aliás.

Mas as verdadeiras idéias por certo que não surgem de uma hora para outra, nem tão pouco distanciadas do seio das comunidades. É justamente nos municípios, especificamente no Poder Legislativo, se pode encontrar as legítimas vocações do "parlar". Mais do que isto, é o vereador, integrante deste Poder, o que mais sente as aspirações, desejos e a capacidade de realização do homem. É o político que mais de perto convive a realidade de sua gente, o mais envolvido nos seus problemas.

É neste espírito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que apresento os votos de congratulações ao Excelentíssimo Sr. Oscar Klein, novo integrante do Poder Legislativo de Peabiru, possuindo ele, a partir de agora, a oportunidade e o desafio de representar condignamente aquela comunidade; seguramente adquirindo lições que só o Parlamento proporciona.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. ERICKSEN MADSEN, DD. Superintendente da SUNAB, à Avenida Presidente Antônio Carlos, 375, 6.º andar, Rio de Janeiro, solicitando seja baixada uma portaria por aquele órgão, no sentido de que os supermercados, mercearias, bares, lanchonetes, etc., somente possam comercializar produtos extras ou selecionados, se tiverem nas prateleiras produto similar tabelado, para opção do consumidor, enviando-se cópia deste requerimento ao Sr. RENATO CELSO BERALDO, Delegado Regional da SUNAB no Paraná.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação visa salvaguardar os direitos do consumidor que, muitas vezes, entra em um estabelecimento comercial e não encontra o produto tabelado que vem procurar, mas somente produtos extras ou selecionados, de preços mais elevados, não constantes do tabelamento.

Esse mesmo fato começou a ocorrer quando do tabelamento do pão d'água e "francesinho", que desapareceram das padarias, até que a SUNAB baixou uma Portaria determinando que, na falta desses produtos, o consumidor poderia adquirir o pão especial por igual preço.

Evidentemente, é mais vantajoso para o comerciante retirar das prateleiras os produtos tabelados, tentando comercializar os extras e selecionados, que lhe garantem maior lucro. Todavia, com isso, o consumidor fica sem opção de compra e sai prejudicado.

Assim, se é justo que o comerciante tenha para vender produtos extras e selecionados, que lhe garantem maior margem de lucro, também é necessário, como medida de justiça, que se garanta o direito de opção ao consumidor, através da existência de produtos similares tabelados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. FABIANO S. CAMPELLO, DD. Diretor-Presidente da SANEPAR, através da Secretaria de Estado do Interior, solicitando sejam fornecidos à Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste, 1.400 metros de tubos PVC-DN/32, para implantação de rede de água no Distrito de Esquina Gaúcha, naquele município.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de reivindicação antiga da população de Esquina Gaúcha, que conta com aproximadamente 100 (cem) casas, tendo inclusive poço perfurado, já com bomba submersa instalada, bem como reservatório metálico, só faltando os 1.400 metros de tubos PVC-DN/32, para que a comunidade possa ser abastecida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. ALMIR PAZZIANOTTO, DD. Ministro de Estado do Trabalho, solicitando a urgente regulamentação da Lei n. 7410, que trata do exercício da profissão de Engenheiro de Segurança do Trabalho e de Técnico de Segurança do Trabalho, enviando-se cópia deste requerimento à Associação Paranaense dos Engenheiros de Segurança e ao Instituto de Engenharia, à Rua Emiliano Pernet, 174, 2.º andar, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Quando se fala em segurança do trabalho, a idéia imediata é ligada ao médico. Entretanto, o médico exerce suas funções após a ocorrência do acidente, não havendo no País, até agora, nenhum trabalho preventivo no campo de acidentes de trabalho.

As estatísticas demonstram que no Brasil gasta-se por ano, 20 bilhões de cruzados em custos diretos de acidentes de trabalho, sem contar os prejuízos decorrentes da inatividade do trabalhador acidentado, sendo que, somente no Paraná, estes custos, chegam a um bilhão e setecentos milhões de cruzados, o que, por si só, justifica plenamente a necessidade da regulamentação da lei que trata do exercício da profissão de Engenheiro de Segurança do Trabalho e do Técnico de Segurança do Trabalho, que certamente virá diminuir bastante o número de acidentes neste campo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Ofício ao Ministro da Educação, Dr. JORGE BOR-NHAUSEN, solicitando a revogação da Portaria do CONCINE, que acabou com a meia-entrada nos cinemas das cidades com mais de duzentos mil habitantes.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) IVAN GUBERT

JUSTIFICATIVA:

O pagamento da meia-entrada nos cinemas de todo o País, foi uma conquista da classe estudantil brasileira.

Durante muitos anos, ninguém a contestou. Ao contrário, sempre era encarada como fator de inegável estímulo à formação do jovem, do hábito de procurar o cinema como diversão ou fonte de cultura.

A supressão desse privilégio nenhum benefício trouxe aos exibidores ou a quem quer que seja. Ao contrário, apenas contribuiu para afastar os jovens dos cinemas, agravando ainda mais, por conseguinte, a crise que grassa no setor e que é responsável pelo fechamento de muitas casas exibidoras.

Daí, a conveniência de que a Portaria n. 92, de 30 de março de 1983, do CONCINE, seja revogada, a fim de que a classe estudantil volte a pagar apenas meia-entrada nos cinemas. Além de justa, a medida viria representar novo estímulo à frequência dos jovens às salas de exibição de todo o País, a maioria delas enfrentando dificuldades para sobreviver.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica da parte final da Avenida Presidente Getúlio Vargas, até a altura do quilômetro 01 da Rodovia Manoel Ribas, na municipalidade de Araruna.

A proposição é formalizada pelo Excelentíssimo Sr. Gervásio Zanutto. Integrante do Poder Legislativo ararunense, afirma ser da maior importância o asfaltamento da parte final da Avenida Presidente Getúlio Vargas, até a altura do quilômetro 01 (um), da Rodovia Manoel Ribas, visto que, atualmente, aquele trecho, em dias chuvosos, simplesmente não apresenta quaisquer condições de tráfego.

Ademais, torna-se indispensável ressaltar o fato de que a citada via serve de acesso a Pinduca — Indústria Alimentícia Ltda., empresa que produz para o Brasil a famosa "Farinha Pinduca", conceituada organização industrial responsável pelo emprego de, pelo menos, 1.800 pessoas, direta e indiretamente, representando a maior parcela de arrecadação de ICM do Município.

Face ao exposto, em se tratando de uma justa reivindicação apresentada pelo referido vereador, aguarda-se por parte dessa Pasta, a sua concretização.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a destinação de maior cota de medicamentos para o setor, na municipalidade de Nova Cantu.

Segundo o Ilustríssimo Sr. Dr. Eduardo R. de Oliveira, Chefe dos Postos de Saúde, afirma que, com base em levantamentos realizados a nível de estatística, a média de atendimento nos locais de atendimento têm aumentado, sendo que, atualmente, registra-se de 20 a 25 consultas.

Neste sentido, a razão pela qual é apresentado este requerimento, visa o aumento, num menor espaço de tempo possível, da cota de medicamentos, uma vez que a parcela destinada é extremamente insuficiente.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a imediata restauração da PR-317, no trecho compreendido entre o Rio Ivaí, até a municipalidade de Campo Mourão.

Após ter sido realizado todo o elenco de obras, que revitalizou a pista da PR-317, constatou-se que a mesma, mais elevada, ficou em desnível com o acostamento em ambos os lados, ou seja, a pista é mais alta do que o acostamento. Tal situação tem significado riscos para os que conduzem veículos por aquela importante via, que aliás, interliga as cidades de Engenheiro Beltrão, Peabiru e Campo Mourão, servindo de acesso a

outros inúmeros municípios.

Neste sentido, conforme resolução aprovada pela ACAM-DOZE — Associação de Vereadores da Micro-Região Doze, por iniciativa do Excelentíssimo Senhor Vereador Luiz Viana, de Engenheiro Beltrão. Espera-se que essa Secretaria de Estado dos Transportes determine a adoção de medidas necessárias.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, no sentido da realização de reformas gerais no posto de saúde localizado na Municipalidade de Fênix.

Em se tratando de um posto de saúde, parte das instalações não servem de exemplo para um órgão que tem a incumbência justamente de dar exemplo, uma vez que deve fiscalizar a saúde e higiene, tanto das pessoas (a nível de orientação médica) como nos locais freqüentados, conforme informa o Ilustríssimo Senhor Doutor João Konno, Chefe do posto.

Assim sendo, ante a exposição de motivos, espera-se que essa Empresa, juntamente com essa Pasta determinem a imediata realização de reformas gerais nas instalações do posto de saúde, garantindo condições à altura de atendimento ao conjunto da população.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido da instalação de um canal telefônico para o centro de saúde, localizado na Municipalidade de Engenheiro Beltrão.

A presente solicitação baseia-se em preocupação manifestada pelo Ilustríssimo Senhor Doutor Otto Bergold Neto. Na condição de chefe daquele Centro de Saúde, afirmando ser da maior importância a instalação de um aparelho telefônico. Atualmente, são muitos os transtornos vivenciados como, por exemplo, o deslocamento de funcionários ou de pessoas para conseguir informações, notadamente quanto a exames e medicamentos.

Face ao exposto, uma vez tratar-se de uma justa reivindicação, aguarda-se dessa Pasta a adoção de medidas que resultem na concretização do que ora se objetiva.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado encarecendo a liberação de verbas para o Lar dos Velhinhos, localizado na Municipalidade de Campo Mourão.

Fora de qualquer dúvida, grande parte dos resultados positivos alcançados no setor de assistência social em Campo Mourão, ao longo de muitos anos, deveu-se principalmente pela existência do Lar dos Velhinhos.

Aquela Entidade, de conceito e tradição, funciona há mais de 22 anos, tendo praticamente nascido com Campo Mourão. Período em que os idosos, notadamente os carentes (não somente no plano financeiro, mas sobretudo afetivo) tiveram, como continuam a ter, toda a assistência necessária. Nos dias de hoje o Lar atende oitenta e dois idosos, número que em épocas anteriores já foi bem superior, por existir mais recursos disponíveis.

Deste modo, em que pese o apoio que existe por parte da comunidade mourãoense (das associações, clubes de serviços, entidades de organização, Poder Público, entidades religiosas, entre outras), além do trabalho incansável de sua diretoria atual, os problemas e dificuldades se fazem presentes.

Portanto, conforme apelo do Ilustríssimo Senhor Modesto Três, profundo conhecedor dos assuntos relativos do Lar dos Velhinhos, sendo inclusive o presidente, é de vital importância que essa Governadoria do Estado, efetivamente, determine a destinação de verbas para atender as pessoas que, atingindo a sensibilidade, precisam do amparo de uma sociedade que ajudaram a construir, valendo ressaltar, ainda, que os custos mensais superam a casa dos Cz\$ 22.000,00.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido da destinação de uma viatura devidamente equipada para a delegacia de polícia, localizada na Municipalidade de Campina da Lagoa.

Desde que assumiu a chefia do Executivo, o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Doutor Joaquim Antônio de Lima, tem enfrentado graves problemas com relação à falta de aparelhamento da delegacia de polícia. Tal situação, naturalmente permite que a população fique constantemente intranquila, uma vez que nem sempre pode contar, quando precisa, da ação dos policiais.

Neste sentido, a destinação de uma viatura devidamente equipada é imprescindível. Ademais, além da sede, o referido organismo de segurança tem que atender a todos os distritos e localidades distanciados.

Diante da exposição de motivos, aguarda-se por parte dessa Secretaria de Estado da Segurança Pública, as necessárias, antes que tardias, medidas para devolver a segurança à Comunidade de Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da construção de uma ponte sobre o Rio do Lontra, na estrada ligando Bourbonia a Paraíso do Sul, pertencente à Municipalidade de Barbosa Ferraz.

Importante trecho, sendo indispensável para a ligação entre Bourbonia a Paraíso do Sul, aquela estrada, o canal por onde é transportada a produção agrícola, existindo na região inúmeras áreas de produção, precisa que seja construída uma nova ponte sobre o Rio do Lontra, a fim de assegurar o tranqüilo escoamento.

Neste sentido, face ao exposto, conforme iniciativa do Ilustríssimo Senhor Jair Candido de Almeida, aguarda-se

dessa Pasta a adoção de medidas capazes de resultar no atendimento da presente solicitação.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, visando a construção de sede própria para a Inspeção de Ensino, na Municipalidade de Boa Esperança.

A construção de sede própria para Inspeção de Ensino, naquela cidade, é uma solicitação muito antiga. Mais do que isto, tem-se verificado ultimamente a necessidade de aumentar o espaço físico do referido órgão, dando ao mesmo condições de melhor atender as reais funções do setor educacional.

Ademais, vale ressaltar, conforme afirmação do Excelentíssimo Senhor Celso Buscariol, Chefe do Executivo, que a Administração Municipal compromete-se com a doação do terreno, bem como ceder mão-de-obra para a pretendida construção.

Portanto, pelas razões expostas, espera-se, por parte dessa Secretaria de Estado da Educação, o pronto atendimento do assunto em tela.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura no sentido da construção de abastecedores comunitários na zona agrícola da Municipalidade de Ubatã.

O Paraná conhece já de algum tempo os sérios problemas que enfrentou e continua vivenciando o Município de Ubatã, face à situação do seu meio-ambiente, comprometendo mananciais hídricos (problemas na qualidade da água distribuída à população), no solo, no ar atmosférico e nas matas, principalmente.

Dentre as muitas propostas que por certo permitirão eliminar tais situações, graves aliás, diz respeito à sugestão apresentada pelo Ilustríssimo Senhor Izaltino Dimartini, conceituado agricultor da região, o mesmo entende que a construção de abastecedores comunitários para a lavagem de equipamentos e implementos utilizados na lavoura é de maior importância, evitando que os rios tenham suas águas poluídas e seus víveres mortos, face a esta prática que ainda existe, que é a lavagem de implementos agrícolas.

Por tratar-se, sem dúvida alguma, de uma justa e oportuna reivindicação, é de se esperar um pronunciamento favorável à presente idéia do Senhor Izaltino Dimartini.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança, encarecendo a urgente destinação de uma viatura devidamente equipada para a delegacia de polícia, localizada na Municipalidade de Terra Boa.

A presente solicitação que não é formalizada pela primeira

vez, é de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Elso Garcia Segura. Na condição de Prefeito Municipal, desde quando assumiu a chefia daquela Administração, o mesmo tem enfrentado o sério problema na área de segurança pública. O organismo policial simplesmente não possui aparelhamento à altura de atender as reais necessidades, gerando, conseqüentemente, um clima de certa intranquilidade junto à população.

Deste modo, a destinação de uma viatura devidamente equipada é de vital importância, a fim de permitir dotar a delegacia de polícia de um mecanismo capaz de garantir a segurança dos cidadãos daquela progressista cidade.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR — Telecomunicações do Paraná, no sentido da implantação de novos canais telefônicos para a Municipalidade de Sertãoópolis.

Tem havido grande número de pessoas interessadas na aquisição de telefones, tanto para uso residencial como para fins comerciais. Entretanto, já de há muito tempo não conseguem, face não existir disponibilidade, o que, naturalmente, tem ocasionado uma série de transtornos.

Seguramente, a cidade de Sertãoópolis, dado ao seu porte, apresenta condições suficientes para a implantação de novos canais, notadamente ante ao fato do crescimento populacional.

Neste sentido, face ao exposto, conforme apelo ao Ilustríssimo Senhor Roberto Mattar, Suplente de Vereador, aguarda-se, por parte dessa Companhia, a adoção de medida que possa vir de encontro a esta justa reivindicação.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da COPEL — Companhia Paranaense de Energia, através do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido do envio de um veículo devidamente equipado para prestar atendimento na Municipalidade de Quinta do Sol.

O funcionário responsável pelo atendimento da COPEL, em Quinta do Sol, vivencia, juntamente com a comunidade em geral, um sério transtorno. Com relação aos problemas quando da falta de energia nas residências, nos estabelecimentos comerciais e principalmente no setor de iluminação pública, a assistência é realizada com uma motocicleta. Tal situação, naturalmente, representa sérios transtornos. A começar pelas dificuldades na manutenção e troca das luminárias nos postes, faltando equipamento, como escada; além do deslocamento, principalmente em dias chuvosos, pondo em risco a vida do condutor, bem como a eficiência do serviço prestado pelo mesmo.

Diante da exposição de motivos e atendendo apelo neste sentido do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores daquela cidade, Eduardo Viana Pereira, espera-se que essa Companhia dê o necessário respaldo à presente solicitação.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, visando a urgente liberação de novos armamentos para a delegacia localizada na municipalidade de Roncador.

Desde que recebemos a incumbência de representar os interesses de nossa gente através do Poder Legislativo, como forma de adotar uma atuação realmente voltada para os interesses do povo e em especial da região de Campo Mourão, realizamos anualmente o trabalho de "prestação de contas". Nestes encontros, além das sugestões e dos reclamos, como fiscalizador das ações do Governo, verificamos o que vem sendo feito.

Por vezes, nem sempre a realidade coincide com a prática, como no setor de segurança pública do município de Roncador. De acordo com dados fornecidos pela Casa Civil, conforme subsídios dessa Pasta, consta o envio, em 1984, de um revólver calibre 38; em 1985, a destinação de duas carabinas. No entanto, tais armamentos, conforme informa o Ilustríssimo Senhor Delegado Adolfo Martelli, não chegaram para a referida delegacia.

Neste sentido, torna-se perfeitamente dispensável reiterar a necessidade de haver novos armamentos, a fim de que a segurança e a tranqüilidade sejam efetivamente garantidas.

Sala das Sessões, em 24/03/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da construção de uma ponte na municipalidade de Moreira Salles.

A construção de uma nova ponte, sobre a Água do Taqüari, no Distrito Administrativo de Paraná do Oeste, se faz necessário visto que as condições mínimas para passar sobre o referido manancial colocam em risco a vida de muitos, conforme relato do Ilustríssimo Senhor Ivan Bento, morador antigo daquele distrito.

Diante da apresentação dos motivos é de se esperar que essa Secretaria de Estado dos Transportes, efetivamente determine a construção da ponte sobre a Água do Taqüari, concretizando, deste modo, uma antiga reivindicação.

Sala das Sessões, em 24/03/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, visando agilizar a execução do programa de micro-bacias, na municipalidade de Mariluz.

Em função das características de seu solo, a região de Mariluz apresenta uma série de problemas, fruto da contante desagregação sofrida. Tal situação, consequentemente, tem acarretado prejuízos no setor rural, ante o expressivo número de propriedades que apresentam áreas impossibilitadas para qualquer cultivo.

Por iniciativa do Excelentíssimo Senhor Orlando Rosa de Oliveira, Vereador daquela cidade, é de fundamental importância a implantação, o mais urgente possível, do programa de micro-bacias, capaz de permitir a recuperação da camada arável da terra.

Sala das Sessões, em 24/03/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor José Richa, solicitando determinar à Secretaria dos Transportes, estudos que viabilizem as obras de pavimentação asfáltica interligando as Cidades de Paranacity e Cruzeiro do Sul, numa extensão de três mil (3.000) metros, aproximadamente.

Sala das Sessões, em 24/03/86.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Apoiamento: Nestor Baptista, Orlando Pesuti, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Jorge Maia Filho e Gilberto Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

Muitas vezes obras de vulto, realizadas por uma administração, não chegam a marcá-la convenientemente. Em contrapartida, uma pequena obra, em outras circunstâncias, pode perfeitamente consagrar um governo, identificando-o com a aspiração de um povo, de uma comunidade.

É por isso que, deste tribunal, quero, hoje, fazer um apelo ao Senhor Governador do Estado. Um apelo que visa atender a dois municípios - Cruzeiro do Sul e Paranacity - cujo povo confia na sensibilidade, no discernimento e na boa vontade de nossas autoridades.

Trata-se, Senhor Presidente e Senhores

Deputados, da pavimentação asfáltica de um pequeno trecho de apenas 3.000 (três mil) metros de extensão, aproximadamente, ligando aquelas duas cidades e, conseqüentemente, liberando-as de se utilizarem da PR-463, rodovia que interliga Nova Esperança à Colorado.

Ocorre que, na interseção desta rodovia, existem dois trevos, onde, com relativa freqüência, tem ocorrido acidentes, alguns deles de gravidade maior. Daí, a preocupação dos moradores das duas comunidades, temerosos que algo de mais grave ainda venha a ocorrer, em virtude das intensas relações entre as duas comunidades.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, essa reivindicação foi reiteradas vezes apresentada por este Deputado e autoridades daqueles prósperos municípios, especialmente pelos Prefeitos José Bonifácio Moron e Ademir Mullon, respectivamente, de Paranacity e Cruzeiro do Sul que, inclusive, têm colocado os préstimos e seus poucos recursos para a execução de tão almejada obra.

Além disso, o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes, está iniciando a pavimentação da Rodovia PR-464, entre as Cidades de Paranaipoema e Inajá, passando pela sede do Distrito de Fiorópolis, município de Paranacity. Daí, apresentar-se, agora, a oportunidade para a realização da obra pleiteada, sabendo-se da presença de máquinas na construção da rodovia acima citada, há poucos quilômetros da Cidade de Paranacity.

Afinal, embora se trate, com certeza, da menor e mais curta rodovia do Paraná, a ligação Paranacity-Cruzeiro do Sul viria atender as duas comunidades em franco desenvolvimento e que, com o esforço e a dedicação de seus filhos, têm contribuído bastante para o engrandecimento paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor José Olímpio de Paula Xavier, DD. Secretário de Estado da Administração, a fim de solicitar um levantamento de todas as secretarias e órgãos estatais, sobre quantas mulheres tem como funcionárias e o número de filhos na idade de 0 a 6 anos.

Sala das Sessões, em 24/03/86.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a recente criação do Conselho Estadual da Condição Feminina, e sendo uma das conselheiras e Presidente do Departamento Feminino do PMDB/PR, venho

Curitiba, segunda, em 24.03.86

solicitar o levantamento a fim de poder avaliar a real situação da mulher servidora.

Sabemos da existência da Creche "Castelo do Bosque", sita a Rua Vieira dos Santos, 285, no Centro Cívico, cuja finalidade é atender as servidoras. Sabemos também das limitações existentes na mesma, pois sua capacidade é de apenas 50 crianças na faixa etária de zero a dois anos e meio; número insignificante para a quantidade de mulheres; nas secretarias, vinculadas e órgãos estatais; que necessitam deste atendimento.

Com estes dados teremos condições concretas de traçar planos de luta dentro do Estado, com respeito à mulher e o trabalho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente à Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, DD. Secretária de Estado da Educação, para que a mesma verifique a possibilidade da instalação de um aparelho telefônico junto à Inspeção Estadual do Município de Rio Bom-PR.

Sala das Sessões, em 24/03/86.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

A, referida Inspeção de Ensino não possui nenhum aparelho telefônico, fato este que a leva a usar o aparelho da Escola Estadual Cecília Meireles, cedido pela Associação de Pais e Mestres, mas o telefone deste estabelecimento de ensino não funciona na parte da manhã.

Esclarecemos que há no Município três escolas estaduais, com uma média de 1.300 alunos, e sem o referido aparelho ocasiona falhas no setor de comunicação.

A presente solicitação está sendo feita pelo Senhor Prefeito Municipal, como também pela Senhora Inspectora de Ensino.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor RAFAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES, DD. Ministro da Previdência Social, para que o mesmo verifique a possibilidade da criação de uma agência da Previdência Social, em Jandaia do Sul - PR.

Sala das Sessões, em 24/03/86.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

A solicitação é devido a convergência de grande número de pessoas que diariamen-

te se deslocam até Apucarana, procurando recursos médicos, enfrentando diversas dificuldades.

A presente solicitação está sendo feita pelo Prefeito Municipal de Jandaia do Sul.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER, DD. Secretário de Estado da Administração, para que o mesmo elabore estudos, sobre o credenciamento de uma farmácia pelo IPE, junto ao município de Kaloré - PR.

Sala das Sessões, em 24/03/86.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, o município de Kaloré conta com um grande número de servidores públicos municipais e estaduais, os quais até a presente data, não vêm tirando proveitos dos direitos que lhes são devidos como associados do IPE, visto que não se encontra naquele Município nenhuma farmácia credenciada pelo referido órgão.

A presente solicitação está sendo feita pelo Senhor Prefeito Municipal, pelos líderes políticos, bem como pelos funcionários públicos daquele Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente a Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, DD. Secretária de Estado da Educação, para que a mesma verifique a possibilidade da instalação de um aparelho telefônico junto à Inspetoria Estadual do município de Kaloré-PR.

Sala das Sessões, em 24/03/86.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

A referida Inspetoria de Ensino não possui nenhum aparelho telefônico, fato este que a leva a usar o aparelho da Prefeitura Municipal. A cada vez que há alguma chamada para a Inspetoria, um funcionário da Prefeitura tem que se deslocar até a pretendida Secretaria, ocasionando assim, o deslocamento também, de um funcionário da Inspetoria para receber a chamada.

Outro grande detalhe que não podemos deixar de mencionar, é que o horário de expediente das duas repartições não coincidem, além do mais, o aparelho da Prefei-

tura é instalado dentro do Gabinete do Prefeito, motivo pelo qual nos leva a perturbar nosso Chefe do Executivo a quase todo instante.

A presente solicitação está sendo feita pelo Senhor Prefeito Municipal, como também pela Senhora Inspetora de Ensino.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor ANTÔNIO JOSÉ CORREIA RIBAS, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem-DER.- solicitando o encascalhamento da estrada BR-153 que liga Ipiranga à BR-376, entre as localidades de Campo Novo e São Bento do Amparo, distritos de Tibagi, através da Secretaria de Transportes.

Sala das Sessões, em 24/03/86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

O trecho da Estrada "Transbrasiliana" que liga Imbituva à BR-376, entre as localidades de Campo Novo e São Bento do Amparo encontra-se em precárias condições de tráfego.

Apesar de se tratar da Rodovia Federal BR-153, nada impede que a sua melhoria seja procedida pelo D.E.R., mediante o seu encascalhamento.

Feito isso, o acesso à BR-376, rumo norte do Paraná estará facilitado.

O programa da Secretaria dos Transportes, visando a facilitar a comunicação rodoviária em nosso Estado, por certo comportará o atendimento dessa justa reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor HEINZ GEORGE HERWIG, no sentido de que através daquela Pasta, seja incluída a Estrada Municipal que liga a Cidade de Centenário do Sul à Cidade de Miraselva, no sistema Rodoviário Estadual. Tal pretensão, baseia-se na grande aspiração popular dos dois Municípios do Norte do Paraná e que virá facilitar a conservação e futura pavimentação desse trecho rodoviário de 28Km beneficiando enormemente a comunicação com a cidade de Londrina, pólo daquela região.

Uma boa conservação de estrada é fator importante na movimentação do tráfego pesado e do escoamento da safra agrícola.

Por essas razões sabemos ser de fundamental importância a solicitação ora proposta.

Sala das Sessões, em 24/03/86.

(a) HOMERO OGUIDO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Jesus Sarrão, MD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a construção de um prédio para a cadeia pública do Distrito de Pitangueiras, município de Rolândia.

A reivindicação justifica-se plenamente, pois, Pitangueiras conta atualmente com cinco mil habitantes.

Nosso pedido é endossado pelo Prefeito Eurides Moura e pelos Vereadores de Rolândia.

Sala das Sessões, em 24/03/86.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Hervig, MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando estudos para a pavimentação asfáltica do trecho Miraselva-Centenário do Sul.

A reivindicação fundamenta-se na expressiva produção agrícola daquela área, principalmente algodão, café e cana de açúcar, sendo que a referida obra viria resolver o angustiante problema de escoamento de safra.

O pedido conta com o apoio irrestrito dos prefeitos Leonel Juliani e Antônio Mário Guirro, bem como de todos os senhores vereadores de Miraselva e Centenário do Sul.

Sala das Sessões, em 24/03/86.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Hervig, MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando agilização no projeto de pavimentação asfáltica do trecho CAMBÉ-VILA PRADO FERREIRA.

A referida obra está incluída no Programa Paraná-5 com recursos do BNDS.

Tal solicitação conta com o apoio integral do Prefeito de Cambé, Senhor Luiz Carlos Haully, bem como dos Senhores Vereadores com assento na Câmara Municipal, por se tratar de uma obra fundamental e necessária.

Sala das Sessões, em 24/03/86.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Hervig, MD. Secretário de Estado dos Transportes, pedindo que sejam agilizados os estudos para a construção de uma ponte sobre o Rio Tibagi, ligando o patrimônio Guairacá, no Município de Londrina, ao Município de São Jerônimo da Serra.

É bom salientar que os estudos preliminares já foram efetuados pelas prefeituras dos dois municípios. A obra reveste-se de fundamental importância para a referida região, essencialmente agrícola.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando a construção de uma escola no Núcleo Habitacional COHAPAR, no Município de Ivaí.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Reiterando solicitação dos moradores do Núcleo Habitacional COHAPAR, no Município de Ivaí, os quais estão enfrentando sérias dificuldades, uma vez que seus filhos já se encontram em idade escolar e não podem freqüentar o estabelecimento lá existente, porque dista 1.200 m do referido Núcleo.

Assim sendo, faço a presente reivindicação, certo de poder contar com o apoio das autoridades competentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições, REQUER à Vossa Excelência ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente à Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor JESUS SARRÃO, propondo a criação da Delegacia da Mulher, na sede do Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

A mulher brasileira vem sendo vítima de violências que pelas suas particularidades a inibe de procurar seus direitos. Entendemos que a criação de uma delegacia especializada, viria transformar esta realidade desfavorável, proporcionando um canal onde, sem constrangimento, poderiam reivindicar seus direitos e, portanto, diminuir a incidência da violência por elas sofridas.

Considerando a grande ocorrência de casos de violências contra a mulher, acredito necessário tomar providências imediatas para enfrentar esta situação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Jesus Sarrão, pedindo policiamento preventivo constante, nas proximidades do Colégio Arnaldo Busato, no Município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) JORGE MAIA FILHO

Líder da Bancada do PFL

JUSTIFICATIVA:

O tradicional Colégio Arnaldo Busato, em Piraquara, tem sido alvo de assédio constante, em suas proximidades, por marginais de toda ordem, viciados em tóxicos, os quais, com frequência, provocam distúrbios e até mesmo assaltos. O policiamento preventivo, agora solicitado, virá de encontro aos anseios de professores, alunos, bem como de seus familiares que esperam bem-estar e segurança.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER a transcrição nos Anais da Casa dos Autos de Ação Penal n. 03/86.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) ACIR MEZZADRI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, desta Casa, REQUER à Mesa que, após ouvido o soberano Plenário, seja transcrito para os Anais da Assembléia Legislativa, o artigo "Camponeses: Cabras Marcados Para Morrer", crítica ao livro "Camponeses em Marcha", de César Benevides. A presente crítica, de autoria do crítico literário José dos Reis Santos Filho, foi publicada na Revista "Senhor",

n. 260, às págs. 70, 71 e 72 na edição de 11/03/86, conforme fotocópia em anexo.

Tal solicitação prende-se ao fato de que este enfoque vem, justamente, dar a verdadeira dimensão ao meticuloso trabalho de pesquisa desenvolvido pelo sociólogo e historiador César Benevides, em seu livro "Camponeses em Marcha", no qual o autor resgata o inexplorado campo das lutas sociais no Brasil, especialmente no tocante às Ligas Camponesas do Nordeste.

A falta de preocupação que os pesquisadores sempre tiveram com esta faceta da história pátria, faz ressaltar o campo inóspito que durante meses a fio, Benevides procurou desvendar. Os cruéis meandros da saga da opressão e humilhação em que os trabalhadores rurais da Liga Camponesa de Sapé se viram envolvidos, são, até hoje poucos conhecidos, e o que se tem da época são controversos registros daquilo que menos interessava saber. Por isto, o pesquisador teve que ir fundo, vasculhando na documentação existente e nos depoimentos dos envolvidos, a tão procurada verdade, a realidade dos acontecimentos.

César Benevides, jovem autor, paraibano de nascimento, mas paranaense de alma, discípulo do grande político e historiador José Joffily, demonstra através dos seus recentes trabalhos, a preocupação inata aos espíritos lúcidos deste País, abordando sem paixão alguns temas que ainda nos nossos dias têm perigosos adversários: a ocupação da terra por aqueles que nela vivem e trabalham; os latifúndios e seus "coronéis"; o nascimento e a luta das entidades destinadas à defesa dos interesses dos trabalhadores rurais.

Ao encerrar este breve expediente, que ora exponho à apreciação dos nobres Pares, lembro a esta Casa que o livro "Camponeses em Marcha" de César Benevides, foi lançado aqui mesmo entre nós, em solenidade realizada no Plenarinho e prestigiada pela intelectualidade deste Estado, fato que por si só dá-nos a honra de termos sido um dos primeiros a tomar conhecimento desta inestimável obra e a aplaudir as linhas preñhes de emoção que o autor tão bem soube transmitir.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 35/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1.º - É obrigatória a realização de provas para o diagnóstico precoce de fenilcetonúria (FNC) e de hipotireoi-

dismo congênito (HC), em todas as crianças nascidas nas maternidades e casas hospitalares mantidas pelo Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Aplica-se o disposto neste artigo às maternidades e casas hospitalares particulares, subvencionadas pelo Estado.

Art. 2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que tomamos por base o Projeto de Lei n. 185/83, de autoria do nobre Deputado Fernando Mauro, apresentado junto à Assembléia Legislativa de São Paulo, é justo que seja transcrito, em homenagem ao mesmo, a justificativa por ele apresentada àquela Casa de Leis, a qual, por si só diz da necessidade de adoção do presente Plano de Lei em nosso Estado:

"Visa esta medida, de caráter preventivo e sócio-econômico, dar ao Estado condições para, em benefício da família e da sociedade, triar e/ou selecionar recém-nascidos e/ou lactentes para prevenção de duas moléstias congênitas que podem levar a graves alterações neuropsíquicas, que freqüentemente se tornam irreversíveis quando não há atendimento em tempo hábil.

Além de se constituírem em grande sobrecarga social, trazem também, pesado ônus familiar, às vezes com desajustes totais da família.

O estudo sobre estas duas entidades neuropsíquicas vem sendo feita heróica e anonimadamente, por um grupo de profissionais de São Paulo, liderados pelo Professor Dr. Benjamin J. Schmidt, titular de Pediatria da Escola Paulista de Medicina, Professor Dr. Aron J. Diamant, livre docente e Chefe do Serviço de Neurologia Infantil do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, Professor Stanislaw Krynski, Diretor Técnico do Centro de Habilitação da APAE de São Paulo e Maria E. Kamei, Maria M.C. Rodrigues e Sumika Tanaka, todas bioquímicas do Centro de Habilitação da APAE, de São Paulo.

Seus estudos, reconhecidos no mundo científico, inclusive na Organização Mundial de Saúde, foram premiados com "Menção Honrosa", no concurso organizado pela FAI-PEP, como um dos melhores trabalhos de pesquisa pediátrica do ano de 1975.

Assim, um simples exame de sangue, colhido de recém-natos e lactentes até o segundo mês de vida, conforme os estudos feitos, servirá para o diagnóstico precoce da fenilcetonúria (FNC) e do hipotireoi-

dismo congênito (HC) e felizmente se poderá evitar que esses seres se tornem deficientes mentais, pois, a Medicina hoje está apta a fazê-lo (seja com dietas especiais, seja terapêutica hormonal substitutiva), de modo a não trazer um peso para a família e para a sociedade.

Tudo isto poderá ser evitado pelo simples e rotineiro exame de gotículas de sangue extraídas do calcanhar do recém-nato ou lactente através de papel filtro apropriado, e enviado ao laboratório especializado da APAE, que procederá as avaliações e posterior orientação. A APAE de São Paulo já está apta a fornecer o diagnóstico desses casos e cobra preços irrisórios para tal fim.

Nos casos comprovados, após a reconvocação dos positivos nos testes de seleção, o tratamento é feito apenas com alimentação apropriada e bem orientada, à base de leite preparado (ASP), isento ou pobre em fenilalanina, para a FNC. Hoje, este leite e mesmo alimentos preparados com baixos teores de fenilalanina são distribuídos gratuitamente pela APAE, durante o período de 5 (cinco) anos consecutivos, de seguimento médico rigoroso.

O diagnóstico de hipotireoidismo congênito é necessário se faça por T4-Neonatal, em vista de que, para cada três casos de tal doença, apenas um será reconhecido clinicamente em tempo de se evitarem lesões cerebrais; os outros dois se não diagnosticados pelo exame, terão deficiência mental, quando poderiam ser tratados com hormônio tireoidiano sintético (medicamento vendido na praça)".

PROJETO DE LEI N. 36/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1.^o - Fica declarada de Utilidade Pública estadual, a Guarda-Mirim de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art. 2.^o - Esta lei entrará em vigor à data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Em atenção à solicitação postulada pelo Presidente da Guarda-Mirim de Campo Mourão, Sr. Antônio Reinisz, apresentamos o presente Plano de Lei, visando outorgar àquela Entidade a justa recompensa pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo no seio da comunidade mourãoense.

Criado em 1975, e reconhecida sua utilidade pública municipal no mesmo ano, a Guarda-Mirim de Campo Mourão tem como objetivo principal a seleção e orientação para a vida profissional de crianças do sexo masculino, na faixa etária compreendida entre 10 e 18 anos. Esta orientação conta também, com assistência moral, assistência alimentar e assistência religiosa.

Não obstante seu relevante trabalho, que conta atualmente com o apoio de quase 380 jovens, as verbas repassadas à entidade tem sido insuficientes, além de que o prédio da Administração, Cozinha, Refeitório e Almoxarifado estão abrigados nas dependências do Centro Social Urbano, o que não oferece condições adequadas ao funcionamento da Guarda-Mirim.

Seria importante destacar que mais da metade dos jovens ali cadastrados estão empregados em diversas empresas de Campo Mourão, o que comprova o sucesso das atividades da entidade. Por outro lado, a Guarda-Mirim já conta com um terreno para a edificação de sua sede própria, o que só seria viabilizado com novo repasse orçamentário por parte do Governo do Estado.

Diante disto, solicito aos nobres Pares o devido apoio, para que a Guarda-Mirim de Campo Mourão venha a ser declarada de utilidade pública estadual, em contrapartida pelos destacados serviços que vem desempenhando em prol da comunidade de Campo Mourão e de sua juventude.

PROJETO DE LEI N. 37/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública estadual, a Congregação das Mães Cristãs de Mariluz, com sede no Município de Mariluz e foro na Comarca de Goioerê.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor à data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Criada em 1982, no Município de Mariluz, a Congregação das Mães Cristãs de Mariluz desde a sua fundação vêm exercendo destacada atuação naquela municipalidade, promovendo a reintegração do ser humano mais carente. Graças à Entidade, a população de Mariluz sabe que os seus irmãos marginalizados terão condições de sobrevivência digna. Empenhadas e imbuídas de um verdadeiro espírito cristão, de doação ao

próximo, de caridade e inter-ajuda, é de inteira Justiça que se lhes dê condições de prosseguimento deste meritoso trabalho, outorgando à Congregação o título de entidade de utilidade pública estadual, no que peço aos nobres Pares o devido apoio, estando presente, como efetivamente está, a documentação prevista para esse fim.

PROJETO DE LEI N. 38/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a denominar "Rodovia Bento Fernandes Dias", o trecho que liga as Cidades de Cianorte, São Lourenço, Araruna e Campo Mourão.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Com a apresentação do presente Projeto de Lei pretende-se homenagear ilustre cidadão brasileiro que destinou parte de sua vida ao desenvolvimento e bem-estar da gente paranaense.

Bento Fernandes Dias nasceu no dia 21 de março de 1950, na cidade paulista de Quatã. Filho carinhoso do Sr. Silvino Fernandes Dias e da Sra. Helena Fregadoli Dias, dedicou-se aos estudos das Ciências Econômicas; concluiu curso de Pós-Graduação em Administração de Empresas, na Fundação Getúlio Vargas, o que o levou a exercer a função de professor na Universidade Estadual de Maringá, onde residia, e cidade na qual veio a falecer em 22 de dezembro de 1974.

PROJETO DE LEI N. 39/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. ÂNGELO PLANAS.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa deve-se ao fato de o homenageado ter dedicado sua vida ao desenvolvimento econômico, político, social, religioso, esportivo da população maringaense, destacando-se seu pioneirismo não só na região de Maringá, como no Sudoeste do Estado, tendo sua luta originada na bela estrada asfaltada ligando o Sudoeste paranaense ao Estado de Santa Catarina e ao vizinho País, Argentina.

O "curriculum vitae", publicado no Jornal "Correio da Cidade", demonstra com toda clareza a assertiva da proposição, na justa homenagem que o Estado do Paraná pretende prestar a esse ilustre paulista que tanto tem-se dedicado em prol do progresso paranaense no contexto nacional.

ANGELO PLANAS

ANTÔNIO TORTATO

"Paulista de Itapui - SP, antiga Bica da Pedra, nasceu no dia sete de março de 1903, Filho de Francisco Planas e de Cândida Sartoli. Casado com a Senhora Rosa Parma Planas, tem o casal seis filhos: Waldemar, Waldemiro, Wagner, Wilson, Walquiria e Wanderley.

Residente em Maringá desde 1944, constituindo-se num autêntico desbravador, personagem ativo daqueles tempos duros e distantes. Além de adquirir terras, estabeleceu-se como comerciante no Maringá Velho, instando a famosa "Casa Planeta", ponto de encontro e de abastecimento de quantos vinham enfrentar o então inóspito noroeste paranaense. O contato diário com inúmeras pessoas a quem atendia pessoalmente nos balcões do estabelecimento conduziu-o naturalmente para a atividade política como uma maneira de melhor servir aquela gente cheia de esperança que, como ele, procurava o seu lugar e vinha fazer a sua história.

Em 1952, fundou o Diretório Municipal do Partido Republicano do qual foi o primeiro Presidente. Por esse partido disputou, como candidato a prefeito, às eleições de 1952 (1.707 votos) e de 1956 (1.648 votos). Em 1954, concorreu à Assembleia Legislativa do Estado situando-se numa honrosa 4.^a suplência (1.891 votos), sendo o mais votado dos seis candidatos maringaenses a deputado estadual.

Como militante político, pleiteou do Governo do Estado, sem descanso, obras e serviços públicos, obtendo muitas e expressivas conquistas, principalmente energia elétrica, escolas e estradas. Tantas vezes recontada, é conhecida a reação do saudoso Governador Bento Munhoz da Rocha Netto diante do tom incisivo com que Angelo reivindicava melhoramentos para sua cidade: "Sr. Angelo, o Governo não pode dar

Curitiba, segunda, em 24.03.86

tudo para Maringá. Tenho, também, outros municípios para atender"! Impulsivamente, Angelo Planas estava implantando o "maringaísmo", neologismo criado pelo poeta A.A. de Assis, para expressar o amor extremado pela cidade, o orgulho pelo verde, a paixão pelo futebol, sentimentos sempre presentes nos verdadeiros maringaenses.

Foi um dos fundadores e presidente do Aero Clube de Maringá, o primeiro da cidade, e da Sociedade Esportiva e Recreativa Maringá - o SERM de tantas tradição e tantas glórias, infelizmente extinto. Comandou a construção da Igreja Santa Cruz, ainda existente e que deve ser preservada a qualquer custo como singelo e ao mesmo tempo eloquente monumento da religiosidade dos pioneiros. Participou de um sem número de campanhas comunitárias.

Quando Angelo Planas veio para Maringá, não o fez por aventura. Era homem de posses. Poderia ir para onde bem entendesse. Aqui ficou porque quis. Aqui está porque quer. Sua figura humana está justa e definitivamente incorporada à história da cidade como uma das suas personalidades mais representativas, como exemplo de coragem e de trabalho que as gerações futuras jamais poderão esquecer".

Apesar de continuar morando em Maringá, cidade de seu coração, adquiriu terras no Município de Cascavel, por volta de 1960, mantendo-as até hoje.

Abrindo picadas na mata, seu espírito pioneiro para o Sudoeste, sendo a referida picada, atualmente, uma bela estrada asfaltada, ligando aquela região do Paraná a Santa Catarina e Argentina.

Com alma incansável de desbravador e bandeirante, ele sente não poder ir para outros pontos do País e começar tudo de novo.

O Paraná, diz ele, lhe deu vida nova e coragem para levar avanti o seu ideal: construir sempre e trabalhar até o fim de seus dias.

PROJETO DE LEI N. 40/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1.^o - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO JARDIM WEISSÓPOLIS, com sede e foro no Município de Piraquara.

Art. 2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem se destacando junto à comunidade do Município de Piraquara.

Suas atividades vêm sendo desenvolvidas de acordo com as finalidades estatutárias com efetiva e notada atividade em prol de assistência social à comunidade de Piraquara.

Entre seus objetivos encontramos: a) unir os moradores e amigos da referida vila e outras que venham a integrar a Associação; b) estimular o espírito de solidariedade e comunidade; c) representar perante as autoridades os interesses gerais dos moradores e amigos desta Associação; b) manter serviços assistenciais e cooperativos; e) manter trabalhos de cultura, educação, saúde e lazer, além de outras atividades.

A documentação que acompanha a presente proposição, comprova o preenchimento das exigências legais previstas pela Legislação Estadual, reguladora do instituto da utilidade pública.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 41/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade pública a Pré-Escola Divino Espírito Santo - Maternal e Jardim de Infância, com sede e foro em Ponta Grossa.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa, está devidamente registrada no Cartório competente, desde 03/10/84, em plena atividade e sem fins lucrativos, conforme determina o seu estatuto, e tem por finalidade o desenvolvimento social, orientação escolar, moral e cívica, pré-escola, maternal e jardim de infância às crianças do bairro e das áreas próximas.

Portanto, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação de nossos nobres Pares, solicitando, afinal, a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N. 42/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

SÚMULA: Concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor RENÉ ARIEL DOTTI.

Art. 1.º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor RENÉ ARIEL DOTTI.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

Dep. AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná pode e deve oferecer todo o reconhecimento aos seus filhos mais ilustres, que elevam o nome e nosso Estado em todo o País e, muitas vezes, além das fronteiras nacionais.

O Doutor René Ariel Dotti, professor universitário dos mais conceituados, renomado jurista, advogado militante e, principalmente, um paranaense acima de tudo, é uma destas figuras que abrilhantam a cultura e o saber do Paraná.

O currículo que apresentamos em anexo dispensa maiores comentários. Entendemos que a medida que estamos propondo nada mais faz do que conceder a mais justa homenagem a este valoroso paranaense.

Assim sendo, aguardamos a manifestação dos nobres pares, convencidos de que esta Casa de Leis deixará muito claro o seu reconhecimento ao ilustre conterrâneo, o Doutor René Dotti.

INFORMAÇÕES PESSOAIS

I - QUALIFICAÇÃO

- 1 - Nome: René Ariel Dotti
- 2 - Filiação: Gabriel Dotti e Adelina Zulian Dotti
- 3 - Est. civil: Casado
- 4 - Local de Nascimento: Curitiba
- 5 - Data de nascimento: 15 de novembro de 1934
- 6 - Identidade civil: RG n. 205.796 do Instituto de Identificação do Paraná
- 7 - Identidade fiscal: CPF 000471719/87
- 8 - Título de Eleitor: n. 1693 - 38ª Seção - PR.
- 9 - Profissão: Advogado e Professor Universitário

- 10 - Endereço residencial: Avenida Nossa Senhora da Luz n. 2625, fone: 263-3843
- 11 - Endereço Profissional: Rua Marechal Deodoro, 497, 18., fone 223-9935 80.000 - Curitiba Paraná

II - ATIVIDADES EXERCIDAS

- 12 - Advocacia: Criminal, cível e de família;
- 13 - Magistério superior: Professor Titular de Direito Penal e de Regente da disciplina de Criminologia na Universidade Federal do Paraná;
- 14 - Judicatura: Juiz efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - condição de jurista.

EXERCÍCIO E REPRESENTAÇÃO DA ADVOCACIA

I - ATIVIDADE PROFISSIONAL

- 1 - Advogado militante em causas criminais, cíveis e de família, desde o ano de 1959;
- 2 - Orientador de estágios no Escritório Modelo da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná;
- 3 - Advogado dativo em procesos criminais na defesa de réus pobres.

II - REPRESENTAÇÃO DA CLASSE

- 4 - Conselheiro, há vários anos, junto à Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná;
- 5 - Membro do Instituto dos Advogados do Paraná;
- 6 - Integrante de Bancas de Concurso, como representante da Classe dos Advogados, para provimento do cargo de Promotor de Justiça;
- 7 - Membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral em exercício na vaga reservada ao jurista oriundo da Classe dos Advogados;
- 8 - Membro titular do Conselho Nacional de Política Penitenciária, na qualidade de representante da Classe dos Advogados;
- 9 - Membro da Comissão de Defesa e Prerrogativas da Classe, no Conselho seccional da OAB.

III - ATUAÇÃO EM CONFERÊNCIAS

- 10 - Participação na VI Conferência da OAB - Salvador, 1976 - com a tese O direito de petição;
- 11 - Participação na VII Conferência da OAB - Curitiba, 1978 - com a tese A informação cultural no Estado de Direito;
- 12 - Participação na VIII Conferência da OAB - Manaus, 1980 - com a tese A Liberdade e o direito à intimidade.

EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

- I - Provimento na carreira de Professor de Direito Penal na Universidade Federal do Paraná.

- 1 - Aprovação para o cargo de Instrutor de Ensino (Auxiliar de Ensino) por concurso de provas e títulos em 1966, com a média de distinção;
- 2 - Aprovação para o cargo de Professor-Assistente por concurso de provas e títulos em 1970, com a média de distinção;
- 3 - Aprovação para o cargo de Professor-Adjunto por concurso de provas e títulos em 1976, com a média de 8,9 (oito vírgula nove);
- 4 - Aprovação para o cargo de Professor-Titular por concurso de provas e títulos em 1981, com a média de distinção.

II - REPRESENTAÇÃO DA CLASSE

- 5 - Eleito por dois mandatos representante da Classe dos professores (Auxiliar de Ensino e Assistente) junto à antiga Congregação da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

III - EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DIDÁTICA EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

- 6 - Ex-professor de Direito Penal na Escola de Polícia do Paraná (1967 - 1969);
- 7 - Ex-Professor de Criminologia e de Direito Penal Especial na Faculdade de Direito de Curitiba (1978-1980);
- 8 - Professor em exercício no Instituto Paranaense de Ciências Jurídicas, como titular da Cadeira de Direito Penal (preparação para os concursos de provimento de cargos para a Procuradoria do Estado, o Ministério Público e a Magistratura).

IV - EXERCÍCIO DE ATIVIDADE EM CRIMINOLOGIA

- 9 - Primeiro e atual Regente da disciplina de Criminologia na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná;
- 10 - Orientador de grupos de pesquisa em inquéritos sociais para o levantamento das causas da criminalidade.

TRABALHOS JURÍDICOS EDITADOS

1. Proteção da vida privada e liberdade de informação, ed. Revista dos Tribunais, 1980; obra classificada em primeiro lugar no I Concurso Nacional de Letras Jurídicas (1978), pela Banca Julgadora integrada pelos Ministros Seabra Fagundes e Oswaldo Trigueiro; pelos Professores Miguel Reale, Washington de Barros Monteiro, Benjamin Moraes Filho; Altino Portugal Soares Pereira, José Munhoz de Mello e pelo Advogado Élio Narézi;
2. O incesto, ed. Littero Técnica, Curitiba, 1976; obra distinguida com a nota máxima no Curso de Especialização em Direito Penal e Processual Penal da Pontifícia Universidade Católica (São Paulo, 1975, 1976);
3. Pesquisas sobre a Reforma Penal, ed. Littero Técnica Curitiba, 1973, contendo emendas ao projeto de reforma do Código Penal de 1969;
4. As novas dimensões na execução da pena, ed. Littero Técnica, Curitiba, 1975; tese oficial ao V Congresso Nacional de Direito Penal e Ciências Afins (São Paulo, 1975);
5. A proteção penal do meio ambiente, ed. Littero Técnica, Curitiba, 1978; tese oficial ao I Simpósio Nacional de Ecologia (Curitiba, 1978);
6. A Reforma Penal e Penitenciária, ed. Littero Técnica, Curitiba, 1978;
7. Bases e Alternativas para o sistema de penas, ed. Littero Técnica, 1980; tese de concurso para Professor Titular de Direito Penal da Universidade Federal do Paraná (1981).

II- RELATÓRIOS, ARTIGOS E TESES

8. Medidas no punitivas para los toxicomanos, ed. Littero Técnica, Curitiba, 1969 (tese);
9. Pena privativa de liberdade - fisionomia e questões, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, n. 13, 1970 (tese);
10. Apontamentos sobre a individualização da pena, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, n. 11 de 1968 (artigo);
11. Momentos da conduta, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, n. 10 de 1964-1967 (artigo);
12. Revisão sobre o crime continuado, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, n. 12 de 1969 (artigo);
13. Apontamentos sobre o crime político, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, n. 14, de 1971 (artigo);

14. A proteção da vida privada e a liberdade de informação, Revista Themis, set. 1978 (artigo);
15. Violência e criminalidade, Revista Themis, out. 1979;
16. Identificação criminal e presunção de inocência, Revista de Direito Penal, ns. 19/20 de 1975. (artigo);
17. O Direito Penal das contravenções, em Ciência Penal, n. 1, de 1976 (artigo);
18. Habeas corpus e prisão domiciliar, em Ciência Penal, n. 2 de 1975 (comentário de jurisprudência);
19. O Direito de Execução Penal e as sete cabeças de hydra, em Ciência Penal n. 1, de 1979 (artigo);
20. A revisão das fronteiras entre o Direito Penal e a Criminologia, em Ciência Penal, n. 2 de 1979 (artigo);
21. Aspectos da Reforma Penal de 1977, em Revista dos Tribunais, v. 510 de 1978 (relatório);
22. A proteção da vida privada e a liberdade de informação, em Revista dos Tribunais, v. 514 de 1978 (artigo);
23. O controle da informática, em Revista dos Tribunais, v. 518 de 1978 (artigo);
24. Discriminalização e criminalização - Duas tendências no âmbito da reforma, em Revista os Tribunais, v. 522 de 1979 (relatório);
25. Violência e criminalidade - Ambiente e qualidade de vida como velhos e novos fatores, em Revista dos Tribunais, v. 530 de 1979 e Arquivos do Ministério da Justiça, n. 152 de 1979 (comunicação);
26. A questão médico-legal da parada cardíaca, em Revista dos Tribunais, v. 535 de 1980 (palestra em seminário);
27. Os caminhos da reforma e o direito a constituir, em Revista de Informação Legislativa, n. 59 de 1978 (comunicação);
28. A liberdade e o direito à intimidade, em Revista de Informação Legislativa, n. 66 de 1980 (tese);
29. Verbetes para a Enciclopédia Saraiva de Direito tratando dos seguintes assuntos: Descriminalização e criminalização (v. 24); Ecologia (proteção penal do meio ambiente (v. 29); Execução penal (pena privativa de liberdade) (v. 35); Incesto (v. 43); Informação (direito de) (v. 44); Latrocínio (v. 48); Lei das Contravenções Penais (v. 48); Leis extravagantes (v. 49); Motivo frívolo, fútil ou irrelevante (v. 53); Novatio criminis (v. 55);
30. O concurso de pessoas, em Ciência Penal (no prelo - conferência);
31. Artigos e comentários de decisões judiciais em periódicos de Curitiba e na Tribuna da Justiça;
32. Anotações ao Sistema de Direito Penal de Pietro Nuvolone, tradução de Ada Pellegrini Grinover e Paulo José da Costa Júnior, Revista dos Tribunais, 1981.

**PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS DE REFORMA
PENAL E PENITENCIÁRIA**

**I- Depoimentos em Comissões
Parlamentares de Inquérito**

1. Depoimento na CPI destinada a apurar a situação penitenciária no Brasil (Câmara dos Deputados, 1975);
2. Depoimento na CPI de proteção ao consumidor (Câmara dos Deputados, 1976);
3. Depoimento na Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Paraná sobre a reforma penal e penitenciária (1977);
4. Depoimento na CPI destinada a apurar as causas da criminalidade violenta (Senado da República, 1980);

II- Membro de Grupo de Trabalho

5. Membro do Grupo de Trabalho instituído na Secretaria de Justiça do Paraná (1973) para elaboração do Estatuto Penitenciário (Decreto n. 3.800 de 6.6.1973);
6. Membro do Grupo de Trabalho instituído pela Associação dos Advogados de São Paulo (1977) para apresentação de emendas ao Projeto de Lei n. 2/77 de reforma do Código Penal, do Código de Processo Penal e da Lei das Contravenções Penais;
7. Membro do Grupo de Trabalho instituído na Secretaria de Justiça do Paraná (1977) para apresentação de emendas ao Projeto de lei n. 2/77.
8. Membro do Grupo de Trabalho instituído no Ministério da Justiça em 1979 para o exame das causas da violência e da criminalidade e apresentação de minucioso plano para providências do Governo;

**III- Membro de Comissão Elaboradora
de Anteprojetos**

9. Membro da Comissão Elaboradora do Anteprojeto de Código Penal brasileiro, parte geral (1981);
10. Membro da Comissão Elaboradora do Anteprojeto de Lei de Execução Penal (1981).

**IV- Membro de Comissão Revisora
de Anteprojetos**

11. Membro da Comissão Revisora do Anteprojeto da Lei de Execução Penal.

V- Atuação em Congressos e Simpósios

12. Participação nas Jornadas Internacionais de Criminologia (Mendoza, 1969) com a tese Medidas no punitivas para los toxicomanos;
13. Participação oficial no IV Congresso

Curitiba, segunda, em 24.03.86

- Nacional de Direito Penal e Ciências Afins (Recife, 1970) com a tese Pena privativa de liberdade - fisionomia e questões;
14. Participação oficial no V Congresso Nacional de Direito Penal e Ciências Afins (São Paulo, 1975) com a tese As novas dimensões na execução da pena;
 15. Participação oficial no Simpósio promovido pelo Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, 1977) sobre a Reforma introduzida pela Lei n. 6.416/77 (membro da Comissão elaboradora da Exposição de Motivos propondo ao presidente da República a revogação do Código Penal de 1969);
 16. Participação oficial no Simpósio promovido pelo Instituto Brasileiro de Ciências Penais (Porto Alegre, 1978), preparatório ao VI Congresso Nacional de Direito Penal e Ciências Afins, com a comunicação Os caminhos da Reforma e o Direito a constituir;
 17. Participação oficial no 2.º Encontro Preparatório ao VI Congresso Nacional de Direito Penal e Ciências Afins (Curitiba, 1978) com o relatório Descriminalização e Criminalização, - Duas tendências no âmbito da Reforma.
 18. participação oficial no Seminário sobre a Reforma Penal (Goiânia, 1981), com a conferência O concurso de pessoas.

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

1. Curso de Direito Penal e Processual Penal promovido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1975, 1976);
2. Curso de Direito Constitucional promovido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1976);
3. Curso de Criminologia, em Paris, promovido pela Universidade de Sorbonne (1976).

Depois de tal período, pode-se referir :

1. Inúmeras conferências no Brasil e no exterior.
2. Participação em congressos de Direito Penal, no Brasil e no exterior.
3. Conferências proferidas em várias universidades brasileiras e também em Buenos Aires e em Lima.
4. Nomeação, pelo Ministro da Justiça Fernando Lyra para integrar o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.
5. Nomeação, pelo Ministro da Justiça Fernando Lyra, para integrar Comissão de Juristas responsável pela elaboração do anteprojeto de Lei de Defesa do Estado Democrático e de subsídios para a futura Lei de Imprensa.
6. Membro da Sociedade Mexicana de Criminologia.
7. Vice-Presidente do Grupo Brasileiro da Associação Internacional de Direito Penal,

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os professores do Paraná, estiveram reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, no Município de Ivaiporã, no último dia 22, e ali, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dentre outras deliberações, definiu-se pela realização de uma nova assembléia geral desta laboriosa classe, marcada para o Município de Londrina, no próximo dia 5 de abril, para uma tomada de posição, em relação à resposta do Governador José Richa, aos direitos do professorado.

Também se decidiu, que fosse encaminhado ofício ao Governador e a Secretária de Educação, contendo uma relação das principais reivindicações e que, na assembléia de Londrina, já se tenha um posicionamento concreto do Governador, para que os professores também possam tomar uma posição concreta.

Decidiu-se pelo engajamento de todos os professores na campanha "Educação para o Trânsito", campanha promovida pelo DETRAN do Paraná. Os professores decidiram apoiar esta campanha, mesmo à revelia da Secretaria de Educação, que está dificultando o acesso dos promotores dessa campanha no interior das escolas em todo Estado do Paraná e mais, deliberaram, pedir, que a Secretaria da Educação abra vagas para acomodação dos professores remanescentes de 1979, antes da realização do concurso de 5.^a a 8.^a séries.

Senhor Presidente, na tarde de hoje, nós estamos encaminhando a Vossa Excelência uma emenda à Mensagem do Governador, que manda pagar uma diferença de 9%, ocorrida como defasagem no reajuste salarial em relação ao INPC. O nosso objetivo é a apresentação desta Emenda, que deve ser somada, também ao do companheiro Deputado Aírton Cordeiro, que tem emenda semelhante, estabelecendo o salário inicial da carreira do magistério representado pelo "salário inicial de Professor Classe "A", nível de vencimento "1", fica fixado em 2,2 vezes o valor do salário-mínimo atual em vigor no Estado do Paraná."

Senhor Presidente, o que os laboriosos professores pretendem é que esta Assembléia Legislativa que é a Casa do Povo, onde estão Parlamentares de várias agremiações políticas, reconheça e faça cumprir um acordo sério, assinado há cinco anos atrás, quando se estabeleceu que os professores paranaenses, teriam um teto de 2,2 salários-mínimos por mês.

Cinco anos já se passaram, e até agora os nossos mestres da Rede Estadual de Ensino, estão indagando porque razão esta promessa caiu no esquecimento.

É bem verdade que, na época, ainda não era José Richa o Governador do Paraná, mas com sede em Paris.

8. Membro do Instituto dos Advogados Bra-

sileiros.

9. Professor de Direito Processual Penal no curso de pós graduação da Universidade Federal do Paraná

10. Autor da obra Código Penal (atualização) editado em 1986 pela Forense.

Assinaram este protocolo ilustres Deputados que hoje compõem a nobre Bancada do PMDB, inclusive o Deputado Estadual Deni Schwartz, que hoje é Ministro da Nova República.

Por isso, Senhor Presidente, o nosso apelo aos Deputados para que reconheçam o salário miserável, a falta de proteção, de garantia, que os professores enfrentam em nosso Paraná, e aprovem a emenda, dando os 2,2 pisos de salário aqui em nosso Paraná. E ainda é pouco, apesar de preço tabelado no Brasil, o custo de vida é alto, e o salário do professor é insignificante pela grande relevância do trabalho que ele presta nas salas de aula em nosso Paraná. O nosso apelo é para que todos reconheçam o verdadeiro valor dos professores.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Senhor Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A preocupação do Deputado Antônio Belinati é a mesma preocupação da Bancada do PMDB.

Nós sentimos que os Parlamentares deste Partido, de maneira alguma votarão na assembléia para que o piso seja diminuído ao professor, uma conquista de muitos anos, e que o PMDB, de maneira alguma, teria a coragem de fazer com que isso fosse em prejuízo do professorado paranaense. Portanto, o "2.2" é uma conquista que nós do PMDB avalizaremos, não só atualmente, como para o futuro. (Lê):

"Desde o início do nosso mandato em 1983, por diversas vezes, tivemos a oportunidade de referirmos à pesada herança social, com que a construção da megalômana barragem de Itaipu nos presenteou. Desta mesma tribuna, reiteradamente, advertimos que dificilmente se conseguiria resolver a curto prazo, o problema das centenas de famílias que foram desalojadas das suas produtivas propriedades. É evidente que o Governo Federal, idealista e construtor daquele elefante branco, já eximiu em grande parte da solução do problema, e não fosse a pressão do Governo do Estado, neste momento nada teria sido ainda negociado.

A bem da verdade o problema dos sem-terra vem se arrastando há longos meses, sem soluções concretas até agora. Seria, porém, injusto da nossa parte, relegar à construção da Hidrelétrica de Itaipu, a exclusiva responsabilidade pela existência

deste enorme contingente de desalojados. A necessidade de uma urgente reavaliação da política agrícola, e do seu destacado papel no processo desenvolvimentista brasileiro, faz-se presente; o crédito rural, até há bem poucos dias atrás, nada mais era do que um processo de financiamento inflacionado, cujos custos além de repassados à toda a comunidade, na maioria das vezes descapitalizavam o agricultor que o pagava; a retirada gradativa dos subsídios, ao invés de atender as escalas de prioridades, dirigindo-se a atividades produtivas específicas, obrigava os produtores rurais a buscarem outras culturas alternativas; por outro lado a extensão dos mesmos benefícios outorgados ao trabalhador urbano, para o trabalhador rural, demonstrou-se ineficaz, uma vez que não se reparou para as especificidades do trabalho deste último. As garantias trabalhistas e de assistência técnica social devem abranger os setores urbano e rural, mas não se pode negar a peculiaridade de cada um.

Diante disto é inegável que são vários os fatores que contribuíram para o êxodo rural e conseqüente criação de cinturões de miséria nos arredores das grandes cidades, mas o problema, no Paraná, agravou-se sobremaneira com a construção da Hidrelétrica Binacional, sendo oportuno aqui frisar que até o momento nenhum retorno o Estado teve, em contrapartida às perdas sociais que herdou.

No entanto, parece que nestes próximos dias, finalmente, serão concretizadas as negociações entre os sem-terras e os Governos Estadual e Federal.

Digo, finalmente, porque a morosidade com que o Ministério da Reforma Agrária e o INCRA estão tratando do assunto está tocando as raias do absurdo e displicência, desmerecendo da gravidade da questão. Há meses que as autoridades estaduais, encaminharam àqueles órgãos os seus estudos sobre o assunto, solicitando urgência na tomada de posição dos mesmos.

Mas, ao que tudo indica, a luta destes trabalhadores rurais está chegando ao seu término: a construção de quatro acampamentos provisórios pelo Governo do Estado com toda a infra-estrutura de alimentação, educação e medicina, seria o primeiro passo. Depois, faz parte dos planos do Governador JOSÉ RICHA, a viabilização de recursos fundiários que permitissem o assentamento das mil e quinhentas famílias de sem-terra numa área permanente, e onde o Estado auxiliaria, através de assistência técnica, nesta implantação.

Se este plano lograr êxito, isto é, se o Governo Federal através do Ministério da Reforma Agrária e do próprio INCRA se sensibilizarem para a idéia, o que pode acontecer logo, o Paraná mais uma vez estará na vanguarda de uma jovem, mas decisiva, política agrária. O que se deseja é

ampliar o acesso do pequeno produtor ao uso e propriedade da terra, deseja-se fazer justiça para o trabalhador rural, que embora possuísse uma pequena propriedade e sempre tivesse dado sua parcela de contribuição para o desenvolvimento, foi vítima de um sistema adverso onde imperava uma política de prestígio e apoio aos grandes latifundiários. A reforma agrária que se pretende implantar no Estado dará plenas garantias de respeito à propriedade individual produtiva, concorrendo para o bem-estar da população e pondo fim ao êxodo rural.

Acredito que a grandiosidade da pretensão encontrará eco em Brasília; o Presidente JOSÉ SARNEY, na sua visita à Cidade de Londrina, reconhecido centro de comercialização agrícola, afirmou que "quem produz, não tem nada a temer". Por analogia, quem deseja produzir, como é o caso dos sem-terra, terá todo o apoio para atingir seus objetivos. A promoção de uma nova política agrícola brasileira que ofereça justiça social e garanta o aumento da produtividade, começa pela experiência do Paraná, neste momento."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Senhor Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Ao olhar para o calendário, na quinta-feira última, veio-me as palavras de Isaac Newton, em 20 de março de 1727, um pouco antes de sua morte, quando escreveu; "Parece que eu tenho sido apenas um rapaz na praia brincando ... enquanto o grande oceano da verdade está todo por ser descoberto diante de mim".

Isaac Newton descobriu o Espectro, foi o construtor do primeiro telescópio refletor, quem descobriu a Teoria da Gravidade, inventou o novo processo matemático, chamado cálculo, etc... Em virtude destas descobertas ele é chamado o "Pai da Ciência Moderna".

Newton, apesar de ter tão respeitável título, não foi poupado de críticas; Voltaire, ao tomar conhecimento de uma de suas novas conclusões quanto aos novos métodos de transporte, que permitiriam ao homem viajar à velocidade de 80 Km p/hora, disse: "Vejam só a poderosa mente de Isaac Newton, que descobriu a gravidade e nos permitiu admirar tantas maravilhas! Quando ficou velho, começou a estudar esse livro chamado Bíblia e parece que, para crédito de sua fabulosa falta de senso, temos de acreditar que o conhecimento da humanidade será de tal ordem que poderemos viajar a uma média de 80 Km p/hora".

Será que Voltaire, hoje, repetiria as

palavras - fabulosa falta de bom senso - se pudesse viajar durante uma hora em qualquer meio de transporte moderno?

Talvez a esta altura, estejam pensando para que serve esta ilustração? Pois bem, este fato exemplifica os nossos momentos atuais.

A Reforma Econômica do Presidente Sarney, que desde o dia de seu lançamento atraiu a aceitação e apoio popular, também não foi poupada, por parte de uma minoria, que pretendia com críticas levar vantagens pessoais rendendo mais dividendos com menos riscos, como não o fora as conclusões de Newton. Muitas críticas acerca do pacote econômico, foram feitas, porém, nenhuma delas acompanhada de sugestões. Alguns dos críticos, considerando bem, até que têm razão, pois preferem investir em economias estrangeiras desprezando a nacional.

Se em vez de criticar, Voltaire, tivesse se aliado a Newton, não teriam eles, talvez, descoberto e usufruído das vantagens do transporte moderno?

Porque hoje os críticos não se unem a esse movimento tão bem aceito por todos e dessa forma, talvez, consigam seguir o melhor caminho.

No Brasil Moderno, muito foi descoberto, conquistado, mas ainda há, como disse Newton, um enorme oceano diante de nós a ser estudado, analisado e trabalhado. Não podemos parar.

É-nos conhecido o velho adágio: "A união faz a força". Unamo-nos, portanto, embuídos de um só espírito: Vencer. O povo creu e crê, o povo tem fé. Cabe-nos, então, darmos-nos as mãos e juntos trabalharmos para que tudo dê certo".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente, para registrar a nossa concordância e fundamentalmente apoio à luta dos professores que vêm até esse Poder na tentativa de resguardar os seus direitos. Apoiamos a iniciativa da Bancada do PMDB de suspender hoje a votação da referida matéria, com vista a que se proceda os entendimentos necessários com o Executivo Estadual.

Não há como esquecer de que o piso salarial é uma conquista de anos de luta do magistério paranaense.

E falando em luta salarial, Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaríamos de registrar, nos Anais da Casa, a criação da Central Geral dos Trabalhadores. Participamos neste final de semana, no Município de Praia Grande, São Paulo,

do segundo Congresso Nacional da Classe Trabalhadora. Com a presença de cinco mil, quinhentos e quarenta e seis delegados, representando mil e quinhentas e dezessete entidades sindicais, entre federações, confederações e sindicatos de base. Os trabalhadores brasileiros decidiram avançar o seu processo de luta e organização, criando de forma unitária, a Central Geral dos Trabalhadores, elegendo inclusive, a sua primeira diretoria, que com a proposta básica de conquistar a unidade do movimento sindical, hoje dividido com mais outras duas centrais. A Central Única dos Trabalhadores e a União Sindical Independente. Mas, que o no processo de luta reivindicatória e política é objetivo da CJT, que já teve história na vida brasileira, lamentavelmente encerrada com o golpe militar de 1964, mas que resurge agora com a participação ampla de todas as correntes político-partidárias inclusive, mas evitando, e nós presenciamos isso Senhor Presidente, Senhores Deputados, durante os três dias de realização do encontro, evitando a todo custo a manipulação partidária dessa entidade sindical, que se propõe a ser partidária e profundamente ligada a política sindical.

Acreditamos inclusive que esse poder deva manifestar durante a diretoria eleita, o seu apoio e o nosso regozijo por essa iniciativa.

Daqui do Paraná participa da diretoria do CJP o Presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Paraná, o Senhor Matias Leoni.

Temos certeza que da mesma forma como os professores nesses anos todos tomaram consciência que a manutenção das suas conquistas se dá pelo elevado grau da sua consciência e participação na vida política, das suas entidades. Também os trabalhadores brasileiros de uma forma geral passam cada vez mais rapidamente a entender que a conquista dos direitos da classe trabalhadora depende basicamente do seu nível de organização política, do fortalecimento das suas entidades de classe.

Não há como o Poder Parlamentar se manifestar de forma positiva em relação a este fato, uma vez que é nosso entendimento que na democracia que nós construímos hoje no Brasil, democracia política por ora, mas democracia econômica e social que é a nossa meta, se venha a ter cada vez mais uma integração entre o Poder Parlamentar e o Poder Popular. Não há como pensar em uma dissociação - e aí há o risco inclusive da própria democracia - entre esses dois poderes. Não há forma de forçar a que o Estado, o Poder do Estado obedeça fielmente os interesses da maioria da sociedade.

Portanto, senhor Presidente, era essa

a nossa intenção neste momento, e deixaremos para o horário da Liderança do Partido Comunista Brasileiro para relatarmos e apontarmos alguns dos acontecimentos ocorridos durante a VIII Conferência Nacional de Saúde realizada na semana passada em Brasília.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senhor Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha intervenção, na tarde de hoje, prende-se a dois motivos ligados à educação. O primeiro, é uma posição de consciência e que implica em solidariedade ao movimento dos professores no sentido de que a aplicação de critérios definidos pela nova política salarial do País, e associada à Mensagem n. 02/86 do Executivo Estadual que campeia o Projeto de Lei n. 04/86 em discussão nesta Casa, já aprovado em reunião anterior em 1.ª Discussão e retirado de discussão agora por iniciativa da Bancada do PMDB, não venha a prejudicar o piso salarial conquista maiúscula do Magistério do nosso Estado.

A segunda manifestação prende-se a uma matéria que vem publicada hoje no jornal "Gazeta do Povo", em que o eminente Deputado Airton Cordeiro, denuncia o fechamento de uma escola em Ponta Grossa. Devo esclarecer que essas observações oferecidas ao Deputado Airton Cordeiro por um cidadão residente na minha cidade apresentam alguns pontos que estão a merecer um esclarecimento desde logo aqui no Plenário da Assembléia Legislativa.

O referido missivista fala ao Deputado Airton Cordeiro sobre a doação pelo Governo do Estado à Prefeitura de Ponta Grossa de um prédio que abrigava o Colégio Estadual Regente Feijó. Pede ao Deputado Airton Cordeiro, para que o mesmo interceda junto à Secretaria de Estado da Educação para que o aludido ginásio não seja fechado. Vai além o informante de que "os antigos alunos daquele Educandário ficaram sem aulas, uma vez - alega o mesmo - que não há outro estabelecimento onde possam estudar.

Prossegue informando ao Deputado que "injustiças estão sendo praticadas contra crianças e juventude". Fala, além do mais, que no "centro da Cidade de Ponta Grossa não funciona nenhum estabelecimento escolar com cursos noturnos de 1.º grau."

Devo esclarecer, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de que o que se dispõe em Ponta Grossa é fazer funcionar um

Curitiba, segunda, em 24.03.86

centro cultural nas antigas instalações de um anexo que foi utilizado pelo colégio Estadual Regente Feijó. Esse anexo está em desuso há mais de quatro anos e vinha nos últimos tempos em instalações inadequadas, arcaicas, abrigando apenas alguns serviços administrativos ligados à Inspetoria de Ensino naquela cidade, como o Departamento de Assistência ao estudante e o projeto APM. Quando à existência de estabelecimentos de ensino mantido pelo Estado com curso de 1.º grau no centro da cidade, alinharei alguns estabelecimentos, Senador Correa, Júlio Teodorico, Professores, Humberto de Silva e o próprio estabelecimento principal, o colégio Estadual Regente Feijó, que apresenta capacidade física ociosa em condições de abrigar alunos naquele estabelecimento de ensino.

Faço, portanto, essas observações no sentido de tranquilizar, inclusive a elementos da imprensa e a companheiros desta Assembléia Legislativa, que hoje pela manhã nos indagavam a respeito dessa situação.

Fiz contato com a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e soube através da Secretária Municipal de Educação, de que realmente o prédio estava em desuso e foi agora cedido à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, que ainda se prontificou a pagar alugueres para que num novo prédio, num prédio próprio possa ali ser abrigado o Centro de Ensino Supletivo, que não tinha condições satisfatórias de instalação no antigo anexo do referido Colégio Estadual Regente Feijó.

Quero crer que as informações que a Secretaria de Estado da Educação, e mesmo a Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa, estarão nos próximos momentos oferecendo ao Deputado Airton Cordeiro, virá esclarecer dúvidas.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao nobre representante do Vale do Ivaí, Senhor Deputado Orlando Pessuti, inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados e é sobre acontecimentos do Vale do Ivaí que pretendemos conversar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, haja visto de que no último sábado estivemos pessoalmente na cidade de Ivaiporã, nas dependências do Ginásio de Esportes Leovegildo Barbosa Ferraz, participando, embora já de uma fase bastante adiantada, da Assembléia Extraordinária da Associação Paranaense dos Professores. Naquela Assembléia, ao lado do Presidente Paulo Maia de Oliveira que, para nossa satisfação, encontra-se nas dependências deste Plenário, aqui na Assem-

bléia Legislativa, tivemos a oportunidade de ouvir inúmeros reclamos, partidos dos professores paranaenses. E um dos assuntos que mais nos chamou a atenção é que, de certa forma nos obrigou - eu não diria que obrigou-nos, porque tínhamos uma posição clara sobre este assunto, mas que nos chamou a atenção e nos obrigou a vir hoje aqui, para também chamar a atenção dos senhores parlamentares, pedir-lhes a compreensão e quem sabe, até retirarmos da pauta de votação de hoje, essa matéria, porque polêmica ela está ainda, para que nós pudessemos à luz de todos os acontecimentos, auscultando o Governo do Estado, as suas Secretarias, auscultando a Associação Paranaense dos Professores, as diversas Lideranças Partidárias aqui constituídas, chegarmos a um denominador comum e a um ponto final, e de equilíbrio, de todos os interesses.

O assunto que mais polêmica vem causando, se aprovada for a mensagem governamental, nos termos que aí está, é de que o professor paranaense irá perder aquilo que já é uma conquista sua desde os tempos de 1981, que é o piso salarial de 2.2 salários-mínimos.

Não podemos e não poderíamos de maneira alguma, permitir que isso acontecesse, passando pelas nossas mãos, porque fomos nós próprios, principalmente nós do PMDB, que pregamos, durante campanha eleitoral, de que lutaríamos até por um piso não de 2.2 mas de três salários-mínimos.

Então, não se reveste de justiça, não se reveste de coerência, não se reveste do que quer que seja, argumentos que possam ser apresentados neste momento, mesmo que em função do Decreto Federal n. 2.284, ou coisa parecida, desde que essas medidas possam levar ao professor paranaense a perda do seu piso salarial de 2.2 salários-mínimos.

E pela movimentação de hoje na Assembleia, pelos pronunciamentos, estamos a sentir que esta mensagem ainda não fechou em termos de idéia global, destes Deputados, não só dos do PMDB, mas os de outras bancadas. Neste sentido, conclamamos as lideranças dos diferentes partidos de que retirem esta mensagem, através de um acordo de lideranças, para que possamos ainda hoje, ou amanhã, debatermos com mais tranquilidade, sem que para isto tenhamos que votá-la, para que na quarta-feira, e na quinta-feira possa ser definitivamente aprovada esta mensagem, com as correções que se fazem necessárias. Para que o professor paranaense não perca aquilo que já conquistou há muito tempo, e que o PMDB não tem o direito, através até pelo seu programa, de vir tirar agora o piso de 2.2.

Se os professores conquistaram isto,

temos que respeitar. Respeitar e lutar, para que outras categorias profissionais também conquistem o piso. E não agora, sob qualquer pretexto, dizer que se os outros não têm estes não poderão continuar tendo.

Temos que manter isto e lutar pelos outros. O que não podemos, no meu entendimento, é votar esta mensagem do jeito que está, o substitutivo do jeito que está, e as emendas que estão sendo apresentadas de plenário, também do jeito que estão. A confusão é grande e, mais uma vez, encareço as Lideranças de todos os partidos para que retiremos de votação esta mensagem governamental, para que possa voltar amanhã, ou na quarta-feira, devidamente corrigida, sem os erros e distorções que apresenta.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Pequeno Expediente. Não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

Com a palavra a representação do PMDB, Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O magistério paranaense está mobilizado discutindo a questão salarial depois do novo "pacote econômico" do Governo Federal.

Segundo a APP, a classe que há mais de quatro anos mantém um piso de 2.2 salários-mínimos passaria a receber, com este "pacote", 1,7. A categoria não abre mão do piso, que foi conquistado, inclusive durante um período de greve.

Além do piso de 2,2 salários, existem os percentuais entre os níveis, e é um direito adquirido e o Governo, ao longo destes últimos anos tem mantido este acordo.

Tomando-se como base o Decreto-Lei n. 2283/86 e a nova redação pelo Decreto-Lei n. 2284, de março de 86, os valores iniciais dos níveis de PA-1 a PE-5, a vigorar a partir de 1.º de março, são os seguintes os índices reais:

PA-1,	1768	cruzados e 80 centavos.
PB-2,	2034	cruzados e 12 centavos.
PC-3,	2440	cruzados e 94 centavos.
PD-4,	2807	cruzados e 08 centavos.
PE-5,	3228	cruzados e 15 centavos.

Por outro lado, é bom lembrar o que disse o ministro Dilson Funaro em programa de televisão. Ele afirma em alto e bom tom que os acordos salariais que antecederam a data de 27 de fevereiro deste ano devem ser mantidos. O acordo do piso salarial de 2.2 vem sendo cumprido desde 1982 e foi estabelecido em reunião da Comissão de Instrução Pública da Assembleia Legislativa, cujo extrato da ata temos em mãos. Basicamente diz o seguinte:

"Extrato da Ata da Comissão de Instru-

ção Pública, em 24 de setembro de 1981.

Artigo 1.º - Quanto ao salário inicial da carreira do Magistério, representado pelo salário inicial do Professor Classe A, nível de vencimento 1, os representantes do Poder Executivo concordaram em assegurar o equivalente a duas (02) vezes o valor do salário mínimo em vigor no Estado do Paraná.

Em janeiro de 1982, foi de Cr\$ 26.800. Assinaram a ata, entre outros, na ocasião, os Deputados Del Ciel, Airton Cordeiro, Nelson Friedrich, Secretário Segismundo Morgenstern, Deputado Deni Schwartz, Secretário Edson Machado, Secretário Wilson Deconto, Professor Isaias Ogliari, Professor Sebastião Vieira e outros.

Estamos cientes e os professores também de alguns avanços, de algumas conquistas na categoria no atual Governo do Estado, 13.º, reajuste semestral, etc...

Sabemos por outro lado, que muitas reivindicações não saíram do papel ainda, porém, a manutenção do piso de 2,2 salários é um direito alienável ao qual a categoria não abre mão. Foi na conquista obtida durante o Governo repressivo do General Ney Aminthas de Barros Braga de triste memória neste Paraná. Estão vivas ainda as imagens das greves de 1978, do Governo Javme Canet. de 1981 do Governo do General Ney Braga, que acionou todo o esquema de repressão, formando um cordão de isolamento no Centro Cívico com policiais armados e cães amestrados e os professores ali acampados.

Foram períodos difíceis que foram enfrentados com altivez pela classe do magistério e foi justamente em 1981 que o magistério conquistou o piso de 2,2 salários-mínimos. E hoje os tempos são outros no Paraná.

E justamente por estarmos vivendo outro período é que estamos apelando à sensibilidade do Governador José Richa. Sabemos que ainda hoje ele manterá o contato com o Secretário da Administração para analisar o assunto e a Bancada do PMDB já tem uma reunião amanhã às 18:00 horas com o Governador.

O PMDB que enfrentou o autoritarismo nos últimos vinte anos, pregou o direito, justiça e democracia, é evidente, que devemos agora respeitar direitos conquistados.

Se o "pacote econômico", que por sinal veio em boa hora, reduz o piso de 2,2 para 1,7 salário, compete ao nosso Governo e a nós da Bancada do PMDB impedir que isso seja aplicado. É só questão de sensibilidade muito embora, o Governador tenha dito hoje pela manhã, ele vai observar se existe impedimento legal em função do pacote econômico, porque o Governador também é a favor da manutenção de 2,2.

Curitiba, segunda, em 24.03.86

Mas, mesmo com o impedimento legal o Governador deve manter o 2,2, porque afinal de contas, também no "pacote" não existe uma regra geral. A que se respeitar este direito.

Agora, o que nós não admitimos é que aqueles Deputados que em 1978 e 1981 estiveram ao lado da repressão neste Estado venham posar agora de democratas nesta Casa.

O PMDB enfrentou a Polícia no Paraná nos movimentos de greve; eu particularmente, perdi meu emprego na Rádio Alvorada em Londrina na greve de 1978. Acampeei em 1981 no Centro Cívico.

Esta é uma tarefa que o PMDB vai resolver.

Nós não concordamos que este pacote diminua o piso salarial porque foi uma luta de vinte anos neste país contra o autoritarismo, o arbítrio e a repressão. Quando se falar em PMDB, o PMDB era um crime, onde companheiros foram mortos, torturados, presos, então esta questão, é do PMDB e a Bancada está fechada, o piso vai continuar 2.2 e por sinal já deveria estar em 3, que é também uma promessa de campanha do meu partido.

Não venham portanto, os autoritários de ontem, os repressivos de ontem pousar nesta Casa de democratas.

Era isso, Senhor Presidente. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra à representação do Partido da Frente Liberal.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradecendo os minutos que me cede o Líder da minha Bancada, para me posicionar em meu nome e em nome da Bancada da Frente Liberal, a pedido do Líder de nossa Bancada, Deputado Jorge Maia, com referência à Mensagem n. 04/86.

Eu soube da Assembléia Geral realizada na Cidade de Ivaiporã no sábado, mas eu tinha um compromisso em Iretama e não pude lá comparecer, mas à noite, numa reunião em São Pedro do Ivaí, na região do vale do Ivaí, fui procurado por professores, pedindo que nos posicionássemos e hoje ainda recebi alguns telefonemas, com referência ao piso salarial.

O Governo retirou a mensagem que se encontrava na Casa, para mandar com nova alteração dos 89,35% de aumento ao funcionalismo. Não sei porque não assegurou à classe dos professores uma conquista de 1981, que é o piso de 2,2 salários, quando o Governo em campanha política prometia, não 2,2 mas três salários e eu quero me

congratular, neste momento, com os Deputados inclusive do PMDB que já se posicionaram favoráveis a manutenção do piso salarial de 2,2, mas quero afirmar em nome da nossa Bancada também, que nós só votaremos esta Mensagem com a emenda garantindo os 2.2, de forma nenhuma, votaremos esta Mensagem deixando para estudar depois o reajuste para os 2.2. porque nós queremos dar a garantia ao professor de uma conquista por eles feita em 1981, e era de se esperar que eles conseguissem hoje o piso dos três salários e não a redução para 1,7.

Era esta, Senhor Presidente, Senhores Deputados a posição que queria deixar registrada, portanto, se não houver "quorum" para hoje, nós aguardaremos a data oportuna, mas só votaremos esta emenda com a garantia do piso salarial de 2,2.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Continua com a palavra a representação do Partido da Frente Liberal, o Senhor Deputado Jorge Maia.

O SR.JORGE MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vemos, hoje, no Plenário da Assembléia Legislativa, um segmento do que houve domingo passado na Cidade de Ivaiporã, na reunião do Magistério.

Na realidade, Senhores Deputados, o que nos traria à tribuna, no dia de hoje, seriam outros fatos.

Nós iríamos comentar sobre a propaganda descabida em que o garoto-propaganda do PMDB, Senador Álvaro Dias, anda fazendo na televisão, com respeito ao "pacote econômico".

Mas, deixaremos para outra oportunidade. Falaremos na próxima sessão.

Iremos falar sobre a discriminação, a perseguição odiosa do PMDB com os funcionários do SINE- Sistema Nacional de Emprego no Paraná, onde puseram, na semana que findou, 18 pais de família no olho da rua, sem um motivo de justa-causa.

Estes seriam os motivos de nós ocuparmos a tribuna no dia de hoje.

Mas, um novo motivo se apresenta hoje: é a reivindicação justa, de um acordo firmado com homens do Poder Executivo e com o quadro do Magistério no Paraná, a questão do piso salarial 2,2 que é a reivindicação dos senhores professores e professores do Estado.

O Partido da Frente Liberal que esteve já reunido com esta Liderança, decidiu por unanimidade de todos os Senhores Deputados do Partido da Frente Liberal, dar o apoio integral a esta classe de professores; ouvimos há poucos minutos o pronunciamento do eminente Deputado Fiori Luiz, onde di-

zia da luta da classe no ano passado; os tempos mudaram, os anos passaram.

Nós, agora, somos uma classe nova de políticos; não podemos nunca olhar para o passado, e, sim, olhar o presente e, principalmente, o futuro.

E o presente de hoje é a reivindicação salarial de 2.2 dos senhores professores, e é isto que o Partido da Frente Liberal se propõe: a encampar e a abraçar juntamente com os professores esta campanha.

E eu estou vindo aqui nesta tribuna, neste momento, em nome de meu Partido, para dizer aos senhores professores que o Partido da Frente Liberal ficará até às últimas consequências, ao lado dos senhores professores.

E quero deixar aqui bem esclarecido aos senhores professores aqui presentes, que foi feito minutos atrás um acordo de Bancada, com a permissão do Senhor Presidente da Associação dos Professores, o Senhor Paulo Maia, para que retirassem o projeto por uma sessão.

Eu venho aqui dizer de viva voz, que o Partido da Frente Liberal só assinou esta concordância de acordo com o Senhor Presidente dos senhores Professores, o Professor Paulo Maia. Mas que, quarta-feira, estaremos aqui, porque ouvimos de viva voz o Líder do Governo, Deputado Nestor Baptista, que assume o compromisso de, quarta-feira, trazer para esta Assembléia, o Projeto de Resolução dando os "2.2" aos Senhores Professores.

Se isto não acontecesse, e nós não acreditássemos na Liderança do Governo, a Frente liberal, hoje, se posicionaria contrária à retirada de um dia dessa emenda.

Tiraremos a emenda, lógico, acreditando nas palavras do eminente Líder do Governo, Deputado Nestor Baptista, de que irá reunir-se com a sua bancada, com Secretários de Estado, e que irá resolver, de maneira que os professores querem o problema do piso salarial.

Concederei o aparte ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel- Nobre Líder, Vossa Excelência está expondo as razões da vinda de Vossa Excelência para esta Assembléia Legislativa.

Nós, como seus liderados ricamos orgulhosos e desvanecidos ao ver Vossa Excelência aguerridamente lutar, para fazer jus à posição que Vossa Excelência toma, posição em defesa dos necessitados, em defesa, Deputado Jorge Maia, dos homens que não mentem, em defesa desta classe que Vossa Excelência...

O SR. JORGE MAIA - eu agradeço a Vossa Excelência...

O Sr. Gabriel Manoel- Vossa Excelência nem está ouvindo, depois que o Deputado Tércio Albuquerque conversar com o Senhor, o Senhor escuta, muito agradecido.

O SR.JORGE MAIA - Eu peço desculpas a Vossa Excelência que o Presidente da APP, veio nos comunicar que passa a acreditar na palavra do Líder do Governo ...

O Sr. Gabriel Manoel - Deputado Jorge Maia, nosso Líder incontestado, muito obrigado.

O Sr. Fiori Luiz- Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

O SR.JORGE MAIA - Só esclarecer que houve, há poucos minutos o pronunciamento do Presidente da APP que disse estar confiando na palavra do líder do Governo, Deputado Nestor Baptista, não concordando, de forma nenhuma com a retirada da Emenda e nós daremos a Vossa Excelência, líder, um voto de confiança aceitando que esta Emenda seja retirada por um dia.

Concedo o aparte ao Deputado Fiori Luiz.

O SR.FIORI LUIZ - Deputado Jorge Maia, o Senhor coloca em termos de desafio ao nosso Líder, Deputado Nestor Baptista, não é preciso. Nós já analisamos esta matéria, nós sabemos que é um direito conquistado, agora, nós queríamos saber onde muitos Deputados estavam em 78 e 81, porque as cobranças foram muitas nos Governos passados, os professores, e é bom a gente ter sempre a memória muito viva, porque a gente esquece as coisas, eram, tratados a base de cassetetes, cães amestrados e metralhadoras, então não há esta preocupação, nobre Deputado, nem do PFL, nem do PDS...

O SR.JORGE MAIA - Nobre Deputado, eu não estava em 78 nesta Casa. Eu disse que do discurso de Vossa Excelência... Senhor Presidente, peço mais um minuto para concluir.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Dada a importância da matéria, a Mesa concede mais alguns minutos a Vossa Excelência.

O SR.JORGE MAIA - Obrigado, Senhor Presidente, pela sua maneira democrática de dirigir esta Casa.

Nobre Deputado Fiori, eu disse da importância do discurso de Vossa Excelência, confesso a Vossa Excelência que em 1978 eu não fazia parte do quadro de Deputados, e disse também, de viva voz, que nós estamos numa nova era, não podemos nos apegar ao passado...

O Sr. Fiori Luiz- Claro que é uma nova era, 13., reajuste semestral.

O SR.JORGE MAIA - ...Não podemos nos apegar ao passado, temos que ver o presente, o que eu disse e digo é que dou um voto de crédito ao Líder do Governo, quando me pediu que retirasse a Emenda por uma Sessão, um voto de crédito. O Líder do Governo, que eu acredito na sua capacidade, eu dei este voto de crédito, por isto eu justifico a minha assinatura na Emenda.

O Sr. Nestor Baptista - Deputado Maia, um minuto, por gentileza.

O SR.JORGE MAIA - Com prazer.

O Sr. Nestor Baptista - Eu agradeço o voto de confiança, depositado por Vossa Excelência, mas eu transfiro este voto de confiança ao Programa do meu Partido, o MDB, e hoje o PMDB, à uma bancada que enfrentou durante muitos e muitos anos, a violência, a opressão e a repressão, essa mesma Bancada que tem sistematicamente atendido a sociedade brasileira, atenderá mais uma vez os professores do Paraná.

O SR.JORGE MAIA - Se isso vier a acontecer Vossa Excelência terá não só o aplauso dos professores, mas o aplauso de todos os Deputados do Partido da Frente Liberal.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Concedo a palavra à representação do PDT. Concedo a palavra à representação do PDS. Concedo a palavra à representação do PC.

O SR.MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tenho certeza que na quarta-feira voltaremos aos trabalhos desta Casa com a Mensagem que atende os interesses dos Professores do Paraná, ressaltamos somente de que mais do que conquista de partido A, B, ou C, essa é uma conquista, no caso a manutenção de uma conquista que basicamente se deve à organização e a luta das entidades e principalmente da entidade que representa em termos estaduais os professores paranaenses.

Mas, aproveito, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Horário da Liderança do PCB para convidar a todos os Senhores Deputados e as ilustres presenças que hoje engrandecem esse Poder, para que participem conosco do debate nacional que amanhã, dia 25 de março, no horário das 20:30 hs às 21:30 hs, em rede nacional de rádio e televisão, em cadeia nacional de rádio e televisão e pela primeira vez na história, uma cadeia sem grades, mas que trará a mensa-

gem do Partido Comunista Brasileiro, no sentido de que representaram as suas conquistas no passado, como se dá o seu funcionamento hoje, e qual é o seu projeto de sociedade para o futuro do Brasil.

Tenho certeza de que embora com muita dificuldade, com carência de recursos financeiros, o programa nacional de rádio e televisão, espelhará com fidelidade os verdadeiros propósitos que o PCB tem desde a sua longa história, já na sua longa história de 64 anos, que aliás se comemora amanhã, coincidentemente, 25 de março de 1922, é a data de fundação do PCB, e que nesses anos todos foi vítima da contrapropaganda que os interesses antinacionais e antipopulares procuraram dissimular junto à população.

Temos certeza de que hoje já parcela considerável do povo brasileiro entende a necessidade de que se viva um quadro de pluripartidarismo autêntico, no qual todas as correntes políticas de pensamento e de ação tenham a oportunidade de trazer a público quais sejam os seus compromissos, quais são as suas perspectivas de realmente conquistar uma independência cultural, tecnológica para o País, e de repor a maioria da população, a grande maioria da população que continua marginalizada do processo de decisão, embora com o avanço do regime democrático, uma democracia que estamos construindo juntos, vem se alargando esse espaço de participação, das classes trabalhadoras especialmente, mas que ainda tem muito chão para caminhar.

E tenho certeza, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de que esse debate ao qual convidamos a todos os Senhores e Senhoras, que se dará pelos canais de televisão e rádio que, por iniciativa do PCB-Diretório Municipal de Curitiba, Coordenação das Zonas de Curitiba, se realizará aqui neste Poder no pequeno Plenário da Assembléia uma sessão através de um telão e, em seguida, um debate com as pessoas que desejarem aprofundar o entendimento sobre as propostas que o PCB hoje traz para a consolidação da democracia, para a conquista de uma Constituição progressista que abra caminho para superação do regime capitalista e que no futuro tenhamos certeza será a realidade em nosso País. Socialismo e Democracia, duas faces da mesma moeda que nesses anos todos tentaram confundir o povo brasileiro como se fossem antagonismos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, amanhã, registraremos nos Anais desta Assembléia, um breve histórico da luta e da vida do Partido Comunista Brasileiro. Esperamos com isso estarmos contribuindo no sentido de que os preconceitos ideológicos e políticos que ainda persistem em determinados segmentos da população venham a

ser definitivamente enterrados.

Por outro lado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é também necessário que se registre nesta Casa, o importante fato de se ter realizado durante a semana de 17 a 21 passados em Brasília, a VIII Conferência Nacional de Saúde por promoção do Ministério da Saúde, com a participação de 4.600 delegados de todos os Estados do Brasil, sendo o Paraná, o Estado que maior delegação enviou, seja por conta das instituições de saúde, tanto do Governo Estadual, como das Prefeituras, como do INAMPS, mas também por conta de inúmeros sindicatos e movimentos populares de todos os cantos do Estado que, com muito esforço, conseguiram encaminhar cerca de 340 delegados a Brasília e que tiveram uma participação reconhecida pelos organizadores e por todos os participantes; VIII Conferência Nacional de Saúde esta, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que será sem dúvida - como já foi registrada pela Imprensa Nacional neste final de semana - um marco no processo de avanço da conquista dos direitos à saúde pelo povo brasileiro.

Basicamente se aprovou durante aquela Conferência, as propostas essenciais que todos nós passaremos a defender neste processo de Constituinte. Independente de candidaturas estaduais, ou no plano da Constituinte Federal, ou no plano dos cargos majoritários, foi o compromisso de todos aqueles presentes de se defender a proposta de:

1.- incluir na Constituição o que até hoje é omissa do conceito de que saúde é um direito de todos, um dever público do Estado e uma conquista do povo organizado. A Constituição atual, como as demais anteriores, sempre foram omissas em relação à conceituação como esta. Mas não só conceituação, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma conceituação que é amarrada em outros dois pontos também a serem incluídos na futura Constituição: a criação do sistema unificado de saúde que centralize num único Ministério todos os organismos - e são dezenas deles hoje distribuídos em vários Ministérios da República -, que centralize num único Ministério o comando da Política Nacional de Saúde, centralização esta acompanhada da necessária descentralização da execução das ações de saúde e, portanto, da tese que faz parte a proposta da municipalização dos serviços de saúde, ou sejam, os municípios brasileiros, quer seja pela reforma tributária, quer seja pelo repasse dos fundos do Governo Federal e do Governo Estadual, em condições de, de fato, Municípios, Estados, organizarem os sistemas municipais e estaduais de saúde, integrando a medicina preventiva e a medicina curativa e jogando

na lata do lixo, esse esdrúxulo sistema que ainda hoje persiste, da Previdência Social e da Saúde Pública, como se uma coisa não tivesse nada a ver com a outra.

Terceiro ponto - foi com relação ao financiamento do setor saúde. E se deliberou pela criação de um Fundo Nacional de Saúde, administrado pelos Estados e Municípios que vem a ser composto pela taxaço do faturamento de empresas e não mais sobre a folha de salários da empresa, mas substituindo uma incidência de imposto sobre o faturamento das empresas, principalmente das empresas financeiras, das empresas monopolistas, das empresas que causam dano à saúde e ao meio ambiente, e em segundo lugar, pela fixação constitucional de um percentual fixo destinado à saúde, no plano da União dos Estados e dos Municípios, percentual esse que se apontou como sendo de 13%, paralelo portanto, ao percentual destinado à Educação.

Já que tanto se fala que Saúde e Educação são os campos prioritários e isso não é só do Governo da Nova República que diz, só que este diz com mais sinceridade e com mais firmeza de propósitos, mas todos os governos anteriores por que passou tanto a União, como os Estados e Municípios sempre disseram que Saúde e Educação são prioritários, só que não reflete na prática dos orçamentos, tanto é que ainda hoje, o orçamento-saúde no País é de 2,4%, ridículos, e que portanto se decidiu lutar para que a Constituição estipule como estipulou a Emenda João Calmon, 13% como percentual mínimo a ser destinado à Saúde.

Esses são os três pontos, Senhor Presidente, mais importantes que se deliberou nessa 8.ª Conferência Nacional de Saúde, como se considerou, não é uma conferência que se restrinja aos 5 dias de debates da semana passada. Ela já vinha se realizando nos três meses que antecedeu e se prolongará até a data da eleição da Constituinte, através dos encontros estaduais e regionais que tratarão dos temas de "Saúde da Mulher, Planejamento Familiar, Saúde do Trabalhador, Doença Ocupacional, Saúde e Maternidade.

Eram essas as considerações.

Obrigado Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

A Mesa registra com satisfação a presença do Prefeito de Marialva, Romualdo Borsari, do Prefeito de Dr. Camargo, Paulo Roberto Jardim, do Prefeito de Itambé, Mário Forastieri, do Prefeito de Mandaguçu, Antônio Saes, do Vereador de Mandaguçu, Manoel Sarassato, do Vereador de Mandagu-

Curitiba, segunda, em 24.03.86

çu, Eurípedes Lopes da Silva, do Presidente da Câmara de Mandaguçu Flávio Gonçalves, do Prefeito de Cambé, Luiz Carlos Raolin, do Prefeito de Mandaguari, Antonio Galera, do Prefeito de Ponta Grossa, Otto Cunha.

Sobre a mesa, o projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Dirceu Mandrinato, constante do expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.169/85, que declara de Utilidade Pública a "Casa do Estudante da Universidade Estadual de Londrina", com sede e foro no município de Londrina. Aprovado. (Publicado no D.A. 81, de 26/08/85).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.187/85, que declara de Utilidade Pública a "Sociedade Hospitalar dos Trabalhadores Rurais de Verê" com sede no município de Verê e foro no município de Pato Branco. Aprovado. (Publicado no D.A. 90, de 10/09/85).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.250/85, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores e Amigos do Núcleo Habitacional Oswaldo Cruz I", com sede nesta Capital. Aprovado. (Publicado no D.A. 101, de 01/10/85).

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.286/85,

de autoria do PODER EXECUTIVO - (Mensagem n.200/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder a doação, ao município de Arapoti, de terreno medindo 520 metros quadrados e benfeitorias nele existentes, situados à Rua Moysés Lupion na sede da municipalidade, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.267/85, de autoria do Deputado PÉRICLES PACHECO, que declara de Utilidade Pública a Entidade, "Centro Espírita Paz, Amor e Caridade", de Telêmaco Borba, com sede e foro em Telêmaco Borba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.282/85, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Deficientes Visuais do Paraná" - ADEVIPAR, com sede e foro na Comarca de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Sobre o referido projeto, emenda de Plenário de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO N.01
AO PROJETO DE LEI N.282/85

Acrescente-se, onde couber, o seguinte dispositivo:

"Art. ... - Os artigos 1.^o e 2.^o da Lei n.5.440, de 24 de dezembro de 1.966, passam a vigorar com a seguinte redação; mantida a data de sua vigência:

"Art.1.^o - Fica declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente dos Carteiros do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Art.2.^o - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Hípica Paranaense, com sede e foro nesta capital."

Sala das Sessões, em 22/03/86.

(a) HERMAS BRANDÃO.

Apoiamto: Nelson Vasconcellos, Odeni Mongruel, Djalma de Almeida César e Ferrari Júnior.

JUSTIFICATIVA:

Por um lapso, os artigos que se pretende modificar foram aprovados de forma simplesmente autorizatória. Aprovado o Projeto, artigo por artigo. Emenda - Aprovada.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.294/85, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública a "Asso-

ciação Cristianismo Decidido de Assistência Social - ACRIDAS", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.295/85, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de Utilidade Pública o "Recanto da Criança Alan Kardec", com sede e foro na cidade de Apucarana. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 297/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Caridade Santa Isabel", conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.04/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.02/86), que dispõe o índice de 80,12% correspondente à majoração de vencimentos e vantagens do funcionalismo público estadual concedida pela Lei n.8210, de 30/12/85, fica acrescido, a partir de 01/01/86, de mais 9,23% pontos percentuais, perfazendo um total de 89,35% conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA MESMA, por unanimidade, e PARECERES FAVORÁVEIS da C.F. e C.R.H., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em número de 4 (quatro), devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE N.01
AO PROJETO DE LEI N.04/86

a) Substitua-se, no artigo 2.^o, as expressões "... artigos 17 e 21 ...", por "... artigos 17 a 21 ...".

b) Acrescente-se artigos 4.^o e 5.^o, com a redação que segue, renumerando-se o atual artigo 4.^o para 6.^o:

Art. 4.^o - Após a aplicação dos cálculos previstos nos artigos 1.^o e 2.^o desta Lei, nenhum vencimento ou vantagem vigente em 31 de dezembro de 1985 poderá ser reajustado em percentual inferior a 89,35 (oitenta e nove vírgula trinta e cinco por cento).

Art. 5.^o - O salário família de todos os servidores estaduais fica unificado, a partir de 1.^o de março de 1986, no valor de Cz\$ 40,20 (quarenta cruzados e vinte centavos)".

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Apoiamento: Tuguio Setogutte

Augusto Carneiro

Gilberto Carvalho

Jorge Maia Filho

JUSTIFICATIVA: O primeiro item diz respeito a pequeno erro datilográfico na emenda que apresentamos junto à Comissão de Constituição e Justiça, o qual deverá ser corrigido, a fim de abranger todos os artigos ali mencionados.

Quanto à fixação do salário-família num mesmo valor para os celetistas e estatutários, estava previsto para ser implantado a partir de 1.º de julho. Como não haverá mais aumento em julho, a ocasião nos parece propícia para tratar do assunto.

Finalmente, ao assegurarmos a percepção do percentual de 89,35% sobre os vencimentos e vantagens de dezembro de 1985, pretendemos evitar que o acréscimo de apenas 1,11% sobre as folhas de pagamentos, a partir de março, com a finalidade conservar os valores de janeiro e fevereiro possa resultar numa frustração geral para quem já havia elaborado seu cálculo com aqueles valores já conquistados.

Caso persista o plano de lei na forma como se encontra, o reajuste a vigorar a partir de 1.º de março será de apenas 87,27% e não mais de 89,35% como consta do seu artigo primeiro.

Convém esclarecer que os Magistrados e Membros do Ministério Público, e, conseqüentemente, Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas, bem como ex-Governadores não sofrerão qualquer redução com a aplicação do artigo 2.º desta lei, por força das garantias constitucionais que lhes são conferidas.

Se o Governo do Estado já arcou com o ônus da Emenda 17, para fazer justiça aos pequenos municípios, por que não poderá dispender de mais esse ínfimo percentual em favor de seus servidores?

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 2

Acrescente-se onde couber o seguinte Artigo:

"Art. Fica assegurada aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, para a carreira inicial, nível PA-1, o piso salarial equivalente a 2,2 do valor do salário-mínimo em vigor no Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) AIRTON CORDEIRO

Apoiamento: Gilberto Carvalho,
Tuguio Setogutte,
Ivan Gubert,
Augusto Carneiro e
Tércio Albuquerque.

JUSTIFICATIVA: A manutenção do piso sala-

Curitiba, segunda, em 24.03.86

rial a que se refere a presente emenda é uma conquista dos professores do Paraná. Essa conquista foi obtida depois de incansáveis negociações, com a intermediação da Comissão de Instrução Pública desta Assembléia, no ano de 1981. Para instruir a presente emenda, anexo à presente cópia da Ata da Comissão de Instrução Pública, reunião - realizada em 24 de setembro de 1981.

ATA MEMÓRIA DA APP E AUTORIDADES

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Comissão de Instrução Pública

Extrato da Ata da Comissão de Instrução Pública de 24/09/81, aos vinte e quatro dias do mês de setembro de 1981, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sob a presidência do deputado Del Ciel, presentes e, ao final subscrevendo esta Ata, os Srs. Deputado Renato Bernardi, Airton Cordeiro, Deni Schwartz, e Nelson Friedrich, os srs. secretários de Estado, Edson Machado, da Educação; Segismundo Morgenstern, dos Recursos Humanos; Vilson Deconto, do Planejamento; e Edson Guimarães, das Finanças, os srs. Izaías Ogliari, Presidente da Associação dos Professores do Paraná, Dino Zambenedetti, presidente da APLP e membro da Comissão Paritária, Sebastião de Paula Vieira, presidente da Associação do Pessoal do Magistério do Paraná e membro da Comissão Paritária; Paulo Maia de Oliveira, membro da Comissão Paritária, Renato Surstenberg, presidente da Subseção de Ponta Grossa, Maria Raquel Aparecida Coelho de Oliveira, Carlos Renato Surstenberg e Rubens de Oliveira, discutindo e concluindo o que segue:

1 - Quanto ao salário inicial da carreira do Magistério, representando pelo salário inicial do professor classe "A", nível de vencimentos 1, os representantes

do Poder Executivo concordaram em assegurar o equivalente a 2,2 do valor do salário-mínimo em vigor no Estado do Paraná, em janeiro de 1982, ou Cr\$ 26.500 (vinte e seis mil e quinhentos cruzeiros) se aquele índice foi inferior a este valor, os mesmos representantes signatários deste documento, concordaram ainda em assegurar um valor de gratificação de regência de classe, suficiente para que, somado ao salário inicial atinja o valor mínimo de Cr\$ 30.000 (trinta mil cruzeiros);

2 - A Comissão de Instrução Pública recomendará ao Poder Executivo a adoção da lista tríplice para a indicação das direções dos estabelecimentos de ensino públicos, mediante o encaminhamento a esta Casa da mensagem governamental competente;

3 - O espírito da mensagem governamen-

tal que trata dos servidores inativos do Estado, contempla as justas pretensões deste contingente de pessoas.

4 - A redução, a partir de janeiro de 1982, da carga horária semanal do padrão de 22 horas (vinte e duas horas), para 20 (vinte horas), sem horas atividade através de mensagem governamental;

5 - O prosseguimento dos estudos para a implantação dos regimes de trabalho de 20 horas (vinte horas), 30 horas (trinta horas) e 40 horas (quarenta horas) semanais, com hora-atividade;

6 - A Secretaria da Educação expedirá instruções às inspetorias regionais de Ensino e às direções de estabelecimentos de ensino no sentido de que estimulem a criação de grêmios estudantis;

7 - A Secretaria da Educação elaborará Projeto de Regimento Interno Único para nortear as atividades desses grêmios;

8 - Permanecendo vago o cargo ocupado por professor celetista, este terá preferência para renovação de contrato;

9 - Os Srs. representantes da classe do Magistério do Paraná assumiram perante os presentes à reunião, o compromisso de apresentar as propostas formuladas nos itens anteriores à Assembléia Geral de Professores a ser realizada no município de Maringá, em 25 de setembro do corrente ano;

10 - Caso a Assembléia de Professores, acima referida, decidir pela continuidade do movimento pró-paralisação das atividades escolares, os representantes do Governo do Estado se reservam o direito de rever as posições assumidas.

A Comissão de Instrução Pública da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, dá por encerrada sua participação neste episódio, como intermediadora, após sucessivas reuniões, que absorveram 26 horas (vinte e seis horas) de trabalho, certa de que cumpriu missão reservada à classe política, ao mesmo tempo em que manifesta desejo da imediata normalidade do sistema educacional do Paraná.

Sala das Comissões (Palácio 19 de Dezembro) em 24/9/81.

(a) José Antonio Del Ciel

Airton Cordeiro

Renato Bernardi

Deni Schwartz

Nelton Friedrich (deputados)

Edson Machado

Vilson Deconto

Edson Guimarães

Segismundo Morgenstern (secretários de Estado)

Izaias Ogliari

Dino Zambenedeti

Sebastião de Paula Vieira

Paulo Maia de Oliveira

Renato Surstenberg

Maria Raquel Ap. Coelho de Oliveira

Carlos Renato Surstenberg

Rubens de Oliveira (professores da APP)

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 3

Acrescente-se ao Art. 3.º o seguinte Parágrafo Único:

Parágrafo Único - A Tabela do Magistério terá os seguintes valores básicos para a referência 1, mantendo-se o escalonamento proporcional às demais referências:

PA-1 1.768,80

PA-2 2.034,12

PC-3 2.440,94

PD-4 2.807,08

PE-5 3.228,15

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

Apoiamento: Gilberto Carvalho

Tuquio Setoguette

Tércio Albuquerque

Antonio Belinati

JUSTIFICATIVA:

Desde 1982 vem sendo mantido o acordo entre o Governo e o Magistério pelo qual é assegurado o piso de 2,2 salários-mínimos para o nível inicial de professor PA-1 e por essa prática esse nível de remuneração passou a fazer parte integrante do vencimento do professorado.

Além de honrar esse compromisso desde 1983, inclusive com a adoção dos reajustes semestrais, o Governo Richa comprometeu-se a elevar o piso para 3 salários-mínimos.

Agora, com a edição do Decreto-Lei 2.284, o salário-mínimo foi elevado para Cz\$ 804,00 valor que já inclui o abono supletivo de 8%.

A observância do acordo que vem sendo respeitado desde 1982 faz com que a remuneração inicial para o Magistério, no caso o PA-I, Referência I, se eleve a Cz\$ 1.768,80, a partir do qual se processa o escalonamento dos demais padrões e referências.

Três anos já se passaram sem que o Governo efetivasse o compromisso de elevar a remuneração inicial para 3 salários-mínimos, bem como o de implantar o regime diferenciado de trabalho. Já que não houve a adoção do piso de três salários-mínimos até esta data quando se decreta o congelamento dos salários o Magistério espera que pelo menos o que conquistou ao longo de tantos anos de luta lhe seja assegurado,

mantendo-se a equivalência até aqui observada.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 4

ACRESCENTE-SE ONDE COUBER:

"Art. - O Artigo 3.º da Lei n. 8198, de 17 de dezembro passa a vigorar com a seguinte redação:

ART. 3.º - A verba de representação de que trata o art. 5.º da Lei n. 7.881 de 26 de julho de 1984, fica a partir da data da publicação desta Lei estendida aos ocupantes dos cargos da classe de Assessor Jurídico PJ-TA-100, do Tribunal de Alçada e aos ocupantes dos cargos de Procurador, em efetivo exercício, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 24 de março de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoiamento: Acir Mezzadri,
Eduardo Baggio,
Ferrari Júnior e
Osvaldo Alencar Furtado.

Ainda, sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nestor Baptista, Jorge Maia Filho, Tuguio Setogutte, Antônio Belinati e Márcio Almeida, na qualidades de líderes do PMDB, PFL, PDS, PDT e PCB, respectivamente, constante do expediente, solicitando a retirada por 02 (duas) sessões, do Projeto de Lei n. 04/86, que trata do reajuste do funcionalismo público civil e militar. Em votação.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Só para esclarecimento, Pela Ordem. A retirada da sessão de hoje e de amanhã?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa entende que é da retirada da sessão de amanhã e depois de amanhã.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O acordo firmado entre as lideranças é que seria retirado da Ordem do Dia de hoje e de amanhã. Peço a confirmação ao nobre Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa vai esclarecer. Os Srs. Deputados que aprovam para que o projeto volte na sessão de quarta-feira, queiram conservar-se como estão. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n. 04/86, por 02 (duas) sessões.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.

Curitiba, segunda, em 24.03.86

11/86, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que denomina Rodovia Deputado ANTONIO BABY, a Estrada PRT-158, trecho do entroncamento da BR-476 (Rondinha) até Irati. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 13/86, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI e outros, que denomina de RODOVIA AFFONSO NADOLNY, a estrada PR-447 que liga União da Vitória à Cruz Machado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 14/85 de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que autoriza a realização de plebiscito em área que especifica, pertencente ao Município de Tapira, a fim de consulta a sua população objetivando a sua transferência para o Município de Nova Olímpia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 276/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 196/85), que concede ao Escritor Paranaense LADISLAU ROMANOWSKI, uma pensão mensal com valor equivalente a 2,2 (DOIS VÍRGULA DOIS) salários-mínimos regionais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., e C.F., por unanimidade em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

Projeto de Lei n. 276/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º Fica concedida ao escritor paranaense Ladislau Romanowski, uma pensão mensal com valor equivalente a 2,2 (dois vírgula dois) salários-mínimos regionais.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1985.

(a) Poder Executivo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 276/85

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental n. 196/85, o projeto de lei em exame concede ao escritor paranaense Ladislau Romanowski uma pensão mensal com valor equivalente a 2,2 salários-mínimos regionais.

Conforme a justificativa que acompanha a matéria, "a medida está provida de jus-

tiça e curialidade". "Expressão literária máxima dos imigrantes eslavos, Romanowski é, sem dúvida, um expoente da nossa cultura. É um patrimônio da nossa história".

No que se refere aos aspectos constitucionais, legais e regimentais, não encontramos qualquer impedimento ao prosseguimento do trâmite da matéria.

Assim sendo e considerando o elevado alcance da medida proposta, que conta com o inegável apoio de inúmeras entidades e personalidades de nossa sociedade, inclusive desta Assembléia Legislativa, consideramos oportuno manifestar o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 21/11/1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

IVAN GUBERT

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 276/85

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental n. 196/85, tem por objetivo conceder ao escritor LADISLAU ROMANOWSKI pensão mensal correspondente a 2,2 salários-mínimos regionais.

Em seu aspecto legal e contitucional, a matéria foi devidamente analisada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, tendo merecido parecer favorável.

Quanto ao aspecto financeiro objeto de análise desta Comissão, entendemos que o projeto encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 17/03/1986.

(a) ERVIN BONKOSKI

Presidente e Relator

1.º DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 05/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 23/86) que objetiva, na forma prevista pelo Art. 23, §9.º, inciso II, da Constituição da República, adotar critérios de participação dos Municípios na arrecadação do Imposto sobre Operação Relativas à Circulação de Mercadorias. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 05/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º. Para efeito da fixação dos índices de participação dos Municípios no produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM), a partir do exercício finan-

ceiro de 1987, serão observados os seguintes critérios:

a) Oitenta e sete por cento (87%), considerado o valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias realizadas em cada município e em relação ao valor total adicionado do Estado, apurados segundo o disposto no Decreto-Lei n. 1.216, de 9 de maio de 1972;

b) Sete por cento (7%), considerado o número de habitantes do município em relação ao do Estado, segundo dados fornecidos pelo último censo oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE;

c) Três por cento (3%), considerado o número de propriedades rurais cadastradas no município em relação ao número das cadastradas no Estado, segundo dados atualizados fornecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

d) Dois por cento (2%), considerada a área territorial do Município em relação à do Estado, em metros quadrados, conforme registros atualizados do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, do Paraná;

e) Um por cento (1%) como fator de distribuição igualitária a todos os Municípios.

Art. 2.º - O Estado fará a reposição de cinquenta por cento (50%) de eventuais diferenças a menor havidas, nos exercícios de 1987 e subsequentes, entre os índices obtidos por estimativa baseada exclusivamente no critério do valor adicionado e aquele decorrente da aplicação do art. 1.º desta Lei.

Parágrafo Único - As compensações financeiras referidas neste artigo, que incidirão sobre o valor quinzenal creditado aos Municípios e terão liberação na mesma época desse crédito, não serão devidas a partir da implantação da futura reforma tributária constitucional.

Art. 3.º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais até o valor de Cr\$ 100.000.000.000 (cem bilhões de cruzeiros), utilizando como cobertura quaisquer das formas previstas no art. 43, § 1.º, da Lei Federal n. 4.320 de 17 de março de 1964, para conceder auxílio financeiro aos municípios, até o valor referido, com o fim de compensar diferenças a menor decorrentes da não aplicação, no exercício financeiro de 1986, dos critérios adotados pelo art. 1.º desta Lei.

Art. 4.º. Os índices e as dife-

renças referidos, respectivamente, nos artigos 1.º, 2.º e 3.º desta Lei, serão fixados na forma estabelecida por Decreto do Governador do Estado, obedecidos os prazos e procedimentos do Decreto-Lei n. 1.216/72.

Art. 5.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) Poder Executivo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 5/86

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame tem a sua origem na Mensagem Governamental n. 23/86 e objetiva, na forma prevista pelo Art. 23, § 9.º, inciso II, da Constituição da República, adotar critérios de participação dos Municípios na arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias.

A matéria visa corrigir distorções na atribuição das parcelas de ICM aos Municípios. Possui, portanto, elevado alcance social, trazendo benefícios às Prefeituras Municipais, sufocadas pela falta de recursos.

No que deve esta Augusta Comissão de Constituição e Justiça se manifestar, constata-se que o projeto de lei em exame não possui qualquer tipo de restrição constitucional, legal ou regimental. Vale salientar que o Senhor Governador do Estado fez uso, para encaminhar esta matéria a esta Casa de Leis, do preceito contido no Art. 47, inciso I, da Constituição Estadual.

Assim sendo, opinamos favoravelmente ao referido projeto de lei. Somos, portanto, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 11/03/1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 5/86

P A R E C E R:

A matéria em exame tem origem na Mensagem Governamental n. 23/86 e visa corrigir distorções na atribuição das parcelas do ICM aos Municípios.

Segundo justificativa que acompanha o projeto de lei, tal atribuição, hoje, é "fundada tão somente na apuração do valor adicionado".

A intenção é que 25% dessa receita municipal também leve em consideração os seguintes fatores: número de habitantes e o número de propriedades rurais cadastradas no município. Além disso, "a adoção de um percentual fixo de participação, garante

Curitiba, segunda, em 24.03.86

aos Municípios um mínimo de recursos indispensáveis para manter seus compromissos essenciais.

Examinada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, a matéria mereceu o necessário parecer favorável.

No que deve esta Comissão de Finanças opinar, entendemos que nada existe na mesma que contrarie aos interesses financeiros e orçamentários do Estado.

Assim, visto a importância que o assunto merece e a enorme expectativa de todos os municipalistas, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17/03/1986.

(a) ERVIN BONKOSKI

Presidente e Relator

1.º DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 203/84, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o relatório final e os Relatórios Parciais da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura possíveis irregularidades Administrativas ocorridas no âmbito da Administração Pública Estadual.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 203/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º - Ficam aprovados o Relatório Final em anexo e os Relatórios Parciais da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura possíveis irregularidades administrativas ocorridas no âmbito da Administração Pública Estadual.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03/12/1984.

(a) RUBENS BUENO

Apoiamento: Adhail Sprenger Passos,
José Antônio Fonseca,
Paulo Furiatti,
Roberto Requião,
Márcio Almeida e
Amélia Hruschka.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 203/84

PARECER:

De autoria do Deputado Rubens Bueno e outros integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura Possíveis Irregularidades Administrativas Ocorridas no âmbito da Administração Pública Estadual, o Projeto de Resolução n. 203/84 solicita a aprovação desta Assembléia ao Relatório Final, em anexo, e aos Relatórios Par-

ciais, sendo que todos visam obter medidas saneadoras dos episódios específicos de que tratam.

Verifica-se do exame da matéria, que se trata de assunto de competência exclusiva desta Assembléia, conforme o disposto no "caput" do artigo 19, da Constituição do Estado do Paraná.

Assim no que cabe a esta Comissão examinar, não encontramos qualquer óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, que impeça a tramitação desta matéria.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando-se pela aprovação.

Sala das Comissões, em 11/03/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

AMÉLIA HRUSCHKA

Relatora

Aprovado.

O SR. JORGE MAIA FILHO - O Partido da Frente Liberal nada tem em contrário que este projeto seja aprovado, porque nada tem a temer sobre as Comissões. Mas deixa registrado seu voto contrário, porque o projeto de resolução está dizendo: "oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça."

Na realidade não houve unanimidade. É até inconstitucional este projeto. Por isto o voto do PFL é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede a questão de ordem de Vossa Excelência e amanhã será retificado.

O SR. RUBENS BUENO - Pela Ordem, Senhor Presidente, gostaria de consultar Vossa Excelência se este projeto foi votado em 1.^a Discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi e aprovado.

O SR. RUBENS BUENO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Jocelino Pereira dos Santos, ocorrido no dia 24 de fevereiro do corrente ano, no Município de Goioerê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhorita Gracieta Salmon, ocorrido no dia 22 de março do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria da Luz Lustosa Martins, ocorrido no dia 23 de março do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Nelson Pereira Jorge, ocorrido no dia 23 de março do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Paulo Roberto Bach Grott, ocorrido no dia 23 de março do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Nodier Francisco Matanó, ocorrido no município de Paranaguá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Egon Alves Muller, ocorrido no dia 18 de março do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulín, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria de Lourdes Geronasso Lago, ocorrido nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo policiamento preventivo constante, nas proximidades do Colégio Arnaldo Busato, no Município de Piraquara. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo a criação da Delegacia da Mulher, no Município de Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo o fornecimento de 1.400 metros de tubos PVC-DN/32, para implantação da rede de água no Distrito de Esquina Gaúcha, no Município de Pérola d'Oeste. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expe-

diente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da SUNAB, encarecendo seja baixada uma Portaria por aquele órgão, no sentido de que os supermercados, mercearias, bares, lanchonetes, etc., somente possam comercializar produtos extras ou selecionados se tiverem nas prateleiras produto similar tabelado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro do Trabalho, encarecendo regulamentação da Lei n. 7.410, que trata do exercício da profissão de Engenheiro de Segurança do Trabalho e de Técnico de Segurança do Trabalho. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a construção de uma escola no Núcleo Habitacional COHAPAR, no Município de Ivaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, visando agilizar a execução do programa de micro-bacias no Município de Mariluz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte sobre a Água do Taquari, no Distrito Administrativo de Paraná do Oeste, Município de Moreira Sales. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COPEL, por intermédio da Governadoria do Estado, encarecendo o envio de um veículo devidamente equipado para prestar atendimento no Município de Quinta do Sol. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Oscar L. Klein, por ter assumido o cargo de Vereador no Município de Peabirú. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à Caixa Econômica Federal, pela realização do Projeto Cultural. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente,

diente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo liberação de novos armamentos para a Delegacia do Município de Roncador. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais desta Casa, da crítica literária ao livro "Camponeses em Marcha", publicada na Revista Senhor. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, viabilizando os estudos para a construção de uma ponte sobre o Rio Tibagi ligando o Patrimônio Guairacá em Londrina, ao Município de São Jerônimo da Serra. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica do trecho do Município de Cambé à Vila Prado Ferreira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica do trecho Miraseiva ao Município de Centenário do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, visando a construção de um prédio para a cadeia pública do Distrito de Pitangueiras, no Município de Rolândia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a implantação de novos canais telefônicos para o Município de Sertãozinho. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a destinação de uma viatura devidamente equipada para a Delegacia de Polícia do Município de Terra Boa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, visando a construção de abastecedores comunitários na zona agrícola do Município de

Ubiratã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, visando a construção de sede própria para Inspeção de Ensino do Município de Boa Esperança. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, objetivando a construção de uma ponte sobre o Rio do Lontra, na estrada ligando Bourbonia a Paraíso do Sul, no Município de Barbosa Ferraz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, visando a destinação de uma viatura devidamente equipada para a delegacia de polícia do Município de Campina da Lagoa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a liberação de verba para o Lar dos Velinhos, do Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem Estar Social, visando a instalação de um canal telefônico para o centro de saúde, no Município de Engenheiro Beltrão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo reformas gerais no posto de saúde do Município de Fênix. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a reinstalação da PR-317, no trecho compreendido entre o Rio Ivaí até o Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a destinação de maior cota de medicamentos para o setor do Município de Nova Cantu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando a pavimentação asfáltica da parte final da Avenida Presidente Getúlio Vargas, até a altura do Km. 1 da Rodovia Manoel Ribas, no Município de Araruna. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando seja incluída no sistema rodoviário estadual, a estrada municipal que liga os Municípios de Centenário do Sul e Mirasvelva. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 23.º aniversário de fundação do jornal "Diário Popular". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente do DER, por intermédio da Secretaria dos Transportes, visando o encascalhamento da estrada BR-153, que liga Ipiranga à BR-376, entre as localidades de Campo Novo e São Bento do Amparo, no Município de Tibagi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, solicitando voto de congratulações pela passagem do 23.º aniversário de fundação do jornal "Diário Popular", nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 23.º aniversário de fundação do jornal "Diário Popular", nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, dos Autos de Ação Penal n. 03/86, de autoria da Justiça Pública, contra os réus Carlos Jerônimo Zanlorenzi e outros. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Educação, encarecendo a revogação da Portaria do CONCINE, que acabou com a meia-entrada nos cinemas das cidades com mais de 200 mil habitantes. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 15.º aniversário da TELE-

PAZ - Departamento Tele-Conselheiro da Igreja Adventista do 7.º Dia, desta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, visando a instalação de um aparelho telefônico na Inspetoria Estadual do Município de Kaloré. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, visando o credenciamento de uma farmácia pelo IPÊ, no Município de Kaloré. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência Social, encarecendo a criação de uma agência no Município de Jandaia do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, objetivando a instalação de um aparelho telefônico na Inspetoria Estadual do Município de Rio Bom. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, encarecendo um levantamento de todas as secretarias, vinculadas a órgãos estatais, sobre quantas mulheres tem como funcionárias e o número de filhos na idade de 0 a 6 anos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, com apoio de demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo determine à Secretaria dos Transportes, a pavimentação asfáltica interligando os Municípios de Paranaity e Cruzeiro do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Expediente de autoria do Senhor Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja convocado para comparecer a este Poder, no dia 3 de abril do corrente ano, às 14.30 horas, o Senhor Secretário das Finanças, a fim de manifestar a posição do Governo do Estado sobre a proposta de redução das alíquotas do ICM. Rejeitado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, com apoio de diversos Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando

Curitiba, segunda, em 24.03.86

a nomeação de uma Comissão Especial com a incumbência de proceder uma inspeção às obras do Hospital Regional do Oeste, no Município de Cascavel. Rejeitado.

O SR.NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem)- A nossa Bancada rejeita o requerimento.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Rejeitado.

O SR.DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem)- Gostaria que Vossa Excelência registrasse em ata a minha solidariedade aos professores do Paraná, pela reivindicação que estão fazendo junto ao Governo do Estado.

Muito obrigado.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Será devidamente registrado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão marcando outra para terça-feira, dia 25, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 267/85, 282/85, 294/85, 295/85, 297/85, 04/86, 11/86 e 13/86.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 147/85.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 276/85 e 005/86.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 203/85.

Levanta-se a sessão.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ACIR MEZZADRI, EM SESSÃO DO DIA 24 DE MARÇO DE 1986.

"AUTOS DE AÇÃO PENAL N. 03/86"

Autora: "A Justiça Pública".

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE CAMPO LARGO

AUTO DE AÇÃO PENAL N.03/86

AUTORA: A JUSTIÇA PÚBLICA

RÉUS: CARLOS JERÔNIMO ZANLORENZI E OUTROS.

VISTOS E EXAMINADOS

OS FATOS

IVO ALCEU RIVADEM, além de estabelecido comercialmente na indústria de extração de pedras para construção, era funcionário

público municipal, exercendo, cumulativamente, os cargos de Diretor Administrativo da Empresa Municipal de Urbanização de Campo Largo e Diretor do Departamento de Administração da Prefeitura Municipal.

No exercício do cargo de Prefeito Municipal de Campo Largo, CARLOS JERÔNIMO ZANLORENZI, celebrou com Ivo Alceu Rivabem diversos contratos de compra de paralelepípedos (num total de 11.262 peças) e de pedras irregulares (num total de 3.370,10 m.), no valor total de CR\$ 65.963.361, conforme narração detalhada feita na denúncia.

Desta forma, diz a denúncia, o Senhor Prefeito utilizou-se, indevidamente, em proveito do funcionário público Ivo Alceu Rivabem, de rendas públicas e ordenou e realizou despesas não autorizadas por lei, enquanto o denunciado Ivo Alceu Rivabem praticou atos de comércio com a municipalidade, contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse pessoal".

II

Em diversas datas, diversos veículos da Prefeitura de Campo Largo necessitaram, de consertos (em abril de 1983), o veículo Ford F-75, ano 1980, placas ES- 9806; em fevereiro de 1984, o veículo Toyota-Bandeirantes, placas ES-9821; em fevereiro de 1985, o veículo Fiat-Fiorino, ano 1981, placa ES-9891 e, em dezembro de 1984, o veículo Ford, F-75, placa ES- 9806).

Por ser obrigatório o processo seletivo em todas essas ocasiões reuniu-se, para apreciar e julgar as propostas das diversas firmas, a Comissão de Licitação da Prefeitura, composta pelos funcionários Arsênio Benedito Pelá, Otávio Schiavon, Altayr Castagnoli e Claudete da Silva.

Algumas firmas, porém, deixaram de ser convidadas para participarem das licitações, conforme especificação feita na peça inicial.

A essas firmas não convidadas se dirigiam Luiz Carlos Fabris (funcionário público municipal e empregado da firma Comércio de Automóveis Santa Cecília, Ltda), e Sergio Antonio Cosmo (funcionário da firma Comércio de Automóveis Santa Cecília Ltda), a fim de solicitarem orçamentos assinados em branco, para serem usados nas referidas licitações, como, de fato, o foram, tudo com conhecimento e anuência da Comissão de Licitação.

Essa Comissão considerava sempre como vencedora, a firma Comércio de Automóveis Santa Cecília Ltda. Apesar de irregulares, o Prefeito homologava as referidas licitações. O Prefeito é sócio-cotista da firma que sempre vencia.

Assim sendo, Luiz Carlos Fabris e Sergio Antonio Cosmo fraudaram várias concorrências públicas, em benefício da firma

Comércio de Automóveis Santa Cecília Ltda., afastando concorrentes, mediante engodo. Os acusados Arsênio Benedito Pelá, Otávio Schiavon, Altayr Castagnoli e Claudete da Silva, membros da Comissão de Licitação, "por não expedirem convites a algumas firmas e aceitarem supostas propostas, praticaram ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedidos ou determinações, em quatro concorrências, fraudando-as, com afastamento de concorrentes, por meio de fraudes".

Por sua vez, o Prefeito Municipal, homologando as licitações viciadas e irregulares, em benefício de sua empresa, cometeu desvio de renda pública, em seu próprio e alheio benefícios.

CAPITULAÇÃO JURÍDICA

Incorreram os denunciados nas seguintes sanções jurídicas:

1- Carlos Jerônimo Zanlorenzi- artigo 1º, II e V, do Decreto-Lei 201/67, c.c. artigo 69 do Código Penal, pela prática do primeiro fato; art. 1º, I e II, do Decreto-Lei 201/67, c.c. art. 69, do Código Penal, pela prática do segundo.

2. Ivo Alceu Rivabem- Artigo 319, c.c. art. 69, do Código Penal.

3. Arsênio Benedito Pelá, Otávio Schiavon, Altayr Castagnoli e Claudete da Silva: artigo 335 (quatro vezes) e 317 (quatro vezes), c.c. os artigos 69 e 29, todos do Código Penal.

4. Sergio Antonio Cosmo: artigo 335 do Código Penal e

5. Luiz Carlos Fabris: artigo 335 (três vezes), c.c. artigo 69 do Código Penal.

Esses foram os fatos que mereceram denúncia. Outros fatos, porém, vieram ao conhecimento do representante da acusação pública, através de Relatório que lhe foi encaminhado pela Câmara Municipal.

A respeito desses outros fatos, todavia, o zeloso agente ministerial, após meticulosa análise, pediu-lhes o arquivamento, convencido de que não constituíam crimes.

Assim, pelo referido relatório, teria o Prefeito Carlos Jerônimo Zanlorenzi, incorrido nas sanções do artigo 1º, XIII, do Decreto-Lei 201/67, ao nomear Ivo Alceu Rivabem para exercer, cumulativamente, diversos cargos. Como, todavia, esses cargos eram de confiança do Prefeito, prescindindo, pois, de concurso, para o seu preenchimento; como Ivo só percebia por um deles e como a lei veda apenas a acumulação remunerada, entendeu o Doutor Promotor de Justiça não ter o Prefeito violado qualquer disposição legal.

Da mesma forma, com relação à ausência de licitações para a contratação de pessoas e empresas para prestarem serviços de transportes ou fretes para a Municipalidade

de, bem como a ausência de licitação para as contratações de serviços e aquisições de materiais de empresa Comércio de Automóveis Santa Cecília Ltda, (de cuja empresa o Prefeito é sócio-cotista), com desdobramento neste último caso, de ordens de serviço, para se fugir ao teto de licitações, entendeu o digno agente do Parquet ter o Prefeito cometido, não o delito definido no art. 1.º, XI, do Decreto-Lei 201/67, mas, sim, mera infração político-administrativa, prevista pelo art. 4.º, VII, do mesmo Decreto-Lei, cujos fatos devem ser apreciados pela própria Câmara Municipal.

Com relação à "Ausência de Licitação na aquisição de veículos e desvio de renda pública em proveito próprio", diz o agente ministerial que os quatro veículos marca Volkswagen foram adquiridos diretamente do fabricante e o fato de a sua entrega ter sido feito pela firma Comércio de Automóveis Santa Cecília Ltda, se prende ao fato de essa firma ser a única concessionária do fabricante em Campo Largo. Os veículos foram entregues ao Município e os pagamentos foram feitos. Se esses pagamentos foram efetuados de forma irregular, trata-se de mera irregularidade administrativa e quem poderia ter sofrido prejuízo não foi o Município, mas a Volkswagen do Brasil, a quem, somente, cabe o direito de reclamar e exigir.

Quanto ao fato de ter a administração Municipal adquirido, em algumas oportunidades, da Distribuidora de Bebidas Zanlorenzi (da qual o Prefeito é sócio-cotista) refrigerantes, cervejas, copos, etc., em primeiro lugar, diz o Promotor Público, não há proibição legal ao Prefeito de ser sócio-cotista de alguma empresa, mas somente de ser proprietário ou diretor e, depois, ditas aquisições não constituem crime, mas, quando muito, podem ter ofendido a dignidade e o decoro do cargo do Prefeito, constituindo violação ao artigo 4.º, X, do Decreto-Lei 201/67, sendo, a sua apreciação e julgamento, da competência da Câmara Municipal.

Finalmente, quanto ao item "Locupletamento ilícito": Segundo a Comissão Especial da Câmara de Vereadores, o Prefeito, na compra de pedras e paralelepípedos, teria beneficiado sempre um grupo de fornecedores, havendo partilha nas licitações. Todavia, salienta o Doutor Promotor de Justiça, exceção feita às licitações de que participou Ivo Alceu Rivabem, as demais não configuram conduta criminosa.

Se para essas licitações, argumenta o Agente do Ministério Público, acorreram sempre as mesmas empresas, isso decorre do fato de existirem poucas delas no município e no Estado, para a extração de pedras e não se pode deduzir que tenha havido partilha entre elas.

Curitiba, segunda, em 24.03.86

A conclusão do representante do Ministério Público é que pode ter havido irregularidade administrativa, apenas, no julgamento das propostas e cabia somente às empresas concorrentes reclamar.

Afinal, encerra o Doutor Promotor, não houve prejuízo para o Município, pois o preço pago pelas pedras e paralelepípedos era o corrente no mercado. Pede o arquivamento também desse fato, por entender não ter havido crime nesta conduta.

Quanto ao afastamento do Prefeito, o digno representante ministerial deixou de pedir, por acreditar ser medida drástica e violenta e por lhe parecer desnecessária nesta oportunidade.

Os acusados foram notificados para apresentarem defesa prévia.

O prazo legal é de cinco dias. Concedi-lhes, todavia, o prazo de dez dias, dada a complexidade da matéria e sua extensão, pois, até então, o processo se compunha de vinte e dois volumes e dado, também, ao precedente do Ministério Público que, pela mesma causa, pediu trinta dias de prazo, além do legal, para a devolução dos autos a cartório.

Os acusados, através de advogados constituídos, defenderam-se previamente, juntando documentos e fotografias, compondo-se, agora, o processo de vinte e cinco volumes. Faremos referências expressas aos termos da defesa, oportunamente, cujos termos, como os da acusação, foram lidos e estudados atentamente.

É ESTE, EM RESUMO, O RELATÓRIO PASSO A DECIDIR:

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES:

É a segunda experiência que sofro, como Juiz do Interior, em matéria de crime de responsabilidade de Prefeito. No presente caso, apesar de mais fácil, o processo somente é mais volumoso, compondo-se de vinte e cinco volumes.

Tanto o combativo Promotor de Justiça, como a douta defesa, esgotaram a matéria, quer no seu campo fático, quer no seu campo jurídico. Pesquisaram e trouxeram para estes autos todas as manifestações doutrinárias e jurisprudenciais, que lhe pudessem interessar. Aliás, quase tudo.

Folheando, também eu, os livros, encontrei um julgado que se esqueceram de trazer para este processo; um julgado que interessa sobremodo a mim, como Juiz. Trata-se, por coincidência, do julgado em que sofri a minha primeira experiência, como Juiz de Rolândia.

Encontrei publicado na Revista dos Tribunais, 572/361, o acórdão que confirmou meu despacho ordenando o afastamento do Prefeito daquela cidade.

Esse acórdão, transcrevendo minhas palavras, assim se manifestou:

"Mas, o Fórum é um viveiro de honras", disse-o o advogado romano Cícero. Ao Juiz, no exercício de sua magistratura, não lhe interessam os aplausos de ninguém, não busca a simpatia nem o voto popular, mas, sim, fazer justiça, indiscriminadamente, sem paixões. Não o movem a pena, nem o temor, nem a cobiça, mas, tão-somente, a coragem e a serenidade. Com a sentença, embora se tenha feito justiça, sempre algum interesse particular sai ferido.

"Por isso já se disse que não é difícil julgar, mas é difícilimo ser juiz. É que este está sempre sendo julgado por quantos tenham os seus interesses em julgamento.

"Sente-se nas ruas (pois o juiz é um homem que também caminha pelas ruas, como qualquer de seus jurisdicionados) a grita do povo pelo afastamento do Prefeito e quem não quer o seu afastamento é somente o próprio Prefeito. Dois interesses, portanto, em julgamento: o do Prefeito e o do povo. Mas não será certamente para agradar o povo, ou por temor do povo, que se vai afastar o Prefeito, ou não, mas, sim, por uma questão que julgo de justiça..."

Lá, como aqui, a grita maior é pelo afastamento do Prefeito. A grita maior é sempre para que o homem salte do alto da torre, ou do alto do edifício, pois, não é sempre que se pode gozar do espetáculo do corpo que cai.

Só que aqui, advirto-o desde já, será diferente de lá, eis que as circunstâncias são diferentes. Mas o fundamento da decisão será sempre o mesmo: o da Justiça.

"Há, num museu de Londres, um quadro famoso do pintor Champaigne, no qual se pintou o cardeal Richelieu em três atitudes diferentes. Ao centro da tela, vêmo-lo de frente, aos lados vêmo-lo de perfil a olhar para o centro. O modelo é um só, mas na tela parece que são três pessoas a conversar, de tal modo são diferentes as expressões das figuras vistas de perfil e, mais do que isso, o ar calmo que, no retrato do centro, é a síntese dessas duas figuras.

"Num processo passa-se o mesmo. Os advogados procuram a verdade de perfil, esforçando o olhar, e apenas o Juiz, que está no meio do quadro, vê pacatamente de frente." (Piero Calamandrei).

Se em Rolândia, afastando o Prefeito fiz justiça para o povo, aqui quero impedir que lhe façam injustiça. Por isso não só não afastarei, como nem sequer receberei a denúncia que contra ele se formulou, pelos motivos que passo a expor:

I- OS PRIMEIROS FATOS

A denúncia, apesar de longa, cuida de dois fatos. Os primeiros são atribuídos ao Prefeito Carlos Jerônimo Zanlorenzi e ao

funcionário Ivo Alceu Rivabem e são divididos em dez partes, dez fatos repetidos, com os mesmos personagens.

1) Em 03 de junho de 1984, o Prefeito requisitou da firma individual Ivo Alceu Rivabem (requisição 1531), 1.040 unidades de paralelepípedos, no valor total de CR\$ 187.200, para serem aplicadas na rua Joaquim Ribas de Andrade, cuja importância foi empenhada e paga.

2) Em 30 de novembro de 1984, a requisição foi de 337,5 m³ de pedras irregulares, para serem aplicadas na Travessa Yara.

3) Em 30 de janeiro, 500 m³ de pedras irregulares, para serem aplicadas na Travessa Yara.

4) Em 20 de dezembro de 1984, 662,5 m³ das mesmas pedras.

5) Em 05 de março de 1985, 691,9 m³ de pedras irregulares, para serem aplicadas no Núcleo Habitacional Joaquim Celestino Ferreira.

6) Em 1^o de abril, 253 m³ de pedras irregulares, para serem aplicadas nas ruas G e F do Núcleo Habitacional referido.

7) E, 03 de maio de 1985, 310 m³ de pedras irregulares, para pavimentar ruas da cidade.

8) Em 30 de maio de 1985, 365,6 m³ de pedras irregulares, para serem utilizadas nas ruas desta cidade.

9) Em 02 de julho de 1985, 10229 unidades de paralelepípedos, para serem aplicados na Estrada da Ratada e

10) Em 20 de julho de 1985, 249,6 m³ de pedras irregulares para serem aplicadas na pavimentação de ruas da cidade.

A denúncia, como se vê na descrição de cada fato, anuncia que tais pedras foram adquiridas, "para serem aplicadas" nas ruas e travessas da cidade e, inclusive, numa estrada, a Estrada da Ratada. Mas não denuncia que essas pedras foram efetivamente aplicadas. A douta defesa, porém, cuidou disso, juntando fotografias que o comprovam.

Vê-se, daí, que os paralelepípedos e as pedras irregulares foram concretamente utilizadas. O que há de irregular nisso? Se não tivessem sido, efetivamente utilizadas, aí sim, seria, não só irregular, mas criminosas as ações do Prefeito e de Ivo. Entendo, porém, que de irregular são só as pedras e, assim mesmo, só em seu nome, porquanto foram elas regularmente aplicadas, de modo que hoje se pode pisar, com mais tranquilidade, sobre a Estrada da Ratada e sobre as ruas e sobre as travessas de Campo Largo.

O povo também é testemunha disso.

O ilustre representante do Ministério Público, bem como a Comissão Especial da Câmara de Vereadores, entendem que o Prefeito Zanlorenzi pisou nas sanções do artigo 1^o, II e V, da lei específica e Ivo

Alceu Rivabem nas sanções do artigo 319 do Código Penal.

O Prefeito porque "utilizou-se, indevidamente, em proveito do funcionário Ivo Alceu Rivabem, de rendas públicas e ordenou e realizou despesas não autorizadas por lei". E Ivo porque "praticou atos de comércio com a Municipalidade, contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse pessoal".

Ora, com um pouco de boa vontade poder-se-ia dizer que o calçamento das ruas da cidade acabou satisfazendo, sobretudo, o interesse da comunidade, não só pelo comodismo e vantagem que tal obra encerra, como, também, pelos empregos que tais obras geraram.

Dizia-se na cidade, chegando a todas as ruas pavimentadas ou não, que Ivo desfrutava de uma certa ascendência sobre o Prefeito, o que irritava os que o não desfrutavam, provocando um certo mal estar entre os correligionários do Prefeito e constituindo um prato cheio para os seus adversários. Ivo passou a ser uma pedra que tinha que ser removida.

O artigo 319 do Código Penal, que define o crime de prevaricação, está assim redigido:

"Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal".

"Ato de Ofício", diz a lei. Mas, conforme o advertiu a ilustrada defesa, a denúncia imputa a Ivo Alceu Rivabem, a prática de "atos de comércio", com a Municipalidade, o que é diferente de ato de ofício. Ato de ofício é aquele que só pode ser praticado por funcionário público e ato de comércio só por quem é comerciante. Duas figuras distintas.

Mas, na realidade, Ivo encarnava essas duas figuras. Era comerciante e era funcionário público. E qual foi o fato censurável praticado por Ivo? Foi, justameente, o de exercer o comércio com a Municipalidade, sendo, funcionário público, o que é vedado pela Lei Municipal n. 274/74, de Campo Largo. Mesmo assim, Ivo não incidiu na censura do Código Penal, mas em outro tipo, como veremos a seguir.

O autor do relatório da Câmara Municipal, ao transcrever, às fls. 30 do 1.º volume, o artigo 153 da referida Lei Municipal, aponta quais teriam sido as transgressões cometidas por Ivo. Neste artigo está contida a proibição expressa ao funcionário de exercer comércio.

É de se notar que o autor do relatório, ao transcrever o artigo acima mencionado, despreza os quatro primeiros incisos, para começar com a transcrição do quinto. E esse inciso proíbe ao funcionário "valer-se do cargo para lograr provei-

to pessoal, ou de terceiros, em prejuízo da dignidade da função". E todos os incisos transcritos têm como objetivo transparente cuidar da dignidade da função pública.

Ora, foi neste juízo de censura em que incorreu Ivo Alceu Rivabem. E quem diz isso é o próprio relatório, elaborado pelo talentoso advogado Nelson Rachinski, uma das glórias das letras jurídicas desta região metropolitana. Na última linha da página 29 do 1.º volume, está alinhavado o tipo de reprovação que mereceu a conduta deste acusado. A reprovação foi de ordem moral, atentatória que, digo, atentatória que foi à dignidade da função.

Leia-se o último parágrafo de fls. 29:

"Em verdade, esta relação comercial estabelecida entre o Prefeito CARLOS JERÔNIMO ZANLORENZI e seu protegido IVO ALCEU RIVABEM, de modo habitual, contínuo e imoral está expressamente proibida na Lei 274...".

Por essa conduta imoral, todavia, já recebeu Ivo Alceu Rivabem, a punição adequada. O incômodo Ivo foi removido, foi demitido.

O próprio Doutor Promotor de Justiça, ao cuidar da imoralidade das ações, diz, por duas vezes, em uma mesma página, que "Nem tudo que é imoral é ilegal". (fls. 3.649, do 22.º volume).

Entendo, assim, acompanhando o entendimento do relator, que Ivo Alceu Rivabem infringiu as normas do Estatuto dos Funcionários Municipais, mas não as do Código Penal.

Mas, examine-se o fato sob outra ótica. Conforme aprofundado estudo feito pela defesa, não havia proibição a que o funcionário Ivo participasse das licitações, visto que os contratos a serem firmados eram dos chamados contratos de adesão, ou contratos de cláusulas uniformes, os quais constituem exceção à proibição referida na lei.

Além do mais, resultou comprovado que as pedras foram fornecidas à Prefeitura por preço vantajoso e que tais pedras foram utilizadas "no revestimento das ruas da cidade, à vista de toda a população."

Tenha-se, em vista, ainda, que certo tipo de pedras só poderia ser fornecido por Ivo Alceu Rivabem, por ser o único produtor dele, conforme consta do documento n.14, apresentado pela defesa (24.º volume, fls. 4.006).

Antipatia não é crime. Não tem cabimento atribuir a Ivo Rivabem a prática do delito definido pelo art.319, do Código Penal.

Os crimes do Prefeito, como já se disse, seriam aqueles definidos pelo art.1.º, I e V, do Decreto-Lei 201/67, por ter ordenado e realizado despesas não autoriz-

das em lei e por ter-se utilizado de rendas públicas em favor de Ivo Alceu Rivabem.

Mas Ivo A. Rivabem não ganhou nada de favor ou de graça. O ganho de Ivo não foi ilícito, nem indevido, apenas recebeu como pagamento o equivalente pelas pedras que forneceu à Prefeitura.

Se as rendas públicas foram utilizadas na compra de pedras e se essas pedras foram utilizadas no calçamento das ruas, que, em última instância, está se utilizando das rendas públicas é o povo, e não sei se o povo, o povo que se ocupa de seu trabalho, desautorizou, em algum momento, o Prefeito, de calçar as ruas de sua cidade, como, aliás, o Prefeito continua fazendo, à vista de todos nós.

Mas, afinal, a despesa não está desautorizada em lei.

Veja-se, através do documento de fls. 4.013 (24.º volume), que essas obras foram realizadas em convênios com a COMEC e o que escapa dos convênios, não escapa de autorizações orçamentárias, pois não é possível que os orçamentos públicos não cuidem de obras públicas tão necessárias, como a pavimentação de ruas.

Finalmente, para encerrar esta já cansativa parte, cansativa apesar de estarmos caminhando sobre pedra e não mais sobre pó e lama, existe um ponto em que, tanto a defesa dos réus, como o defensor da sociedade estão de acordo. Esse ponto tem o nome de "interesse público".

E em nome do interesse público, em sua defesa, tanto o ilustre advogado como o nobre Promotor agarram-se às lições do mestre Hely Lopes Meirelles, que é o próprio autor do Decreto-Lei 201/67, a pedido do então Ministro da Justiça, Carlos Meireiros Silva.

Em artigo publicado na Revista dos Tribunais, 497/276, o Professor Meirelles prescreve:

"Mas, tratando-se de crime contra a Administração municipal, é sempre possível e conveniente perquirir se o agente atuou em prol do interesse público, era para satisfazer interesse pessoal ou de terceiro. Se o procedimento do acusado, embora irregular, foi inspirado no interesse público, não há crime a punir."

OS SEGUNDOS FATOS:

Os segundos fatos narrados na denúncia envolvem, além do Prefeito, os acusados Sérgio Antonio Cosmo e Luiz Carlos Fabris, por terem cometido o delito definido pelo artigo 335 do Código Penal e, ainda, Arsenio Benedito Pelá, Otávio Shiavon, Altayr Castagnoli e Claudete da Silva, por terem praticado as infrações previstas pelo artigo 335 (quatro vezes) e artigo 317 (também quatro vezes), do Código Penal.

A ação desses acusados consistiu em

ter afastado concorrentes, mediante fraude, das licitações realizadas para as reformas de veículos pertencentes à Prefeitura, em proveito da firma Comércio de Automóveis Santa Cecília, da qual o Prefeito é sócio-cotista.

Em que consistiu a fraude?

Já que foram quatro as concorrências, tomemos, ao exemplo, uma delas, a primeira narrada na denúncia, para entendermos em que consistiram as fraudes, que foram as mesmas empregadas em todas as licitações.

Para o conserto do veículo Ford F-75, placas ES-9806, pertencente ao Departamento de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal, participaram as seguintes firmas: Comércio de Automóveis Santa Cecília Ltda., O. Pissaia e Cia. Ltda. E David Rompava e Cia. Ltda. A vencedora foi a Comércio de Automóveis Santa Cecília Ltda.

Todavia, como diz a denúncia, a Comissão de Licitação, composta pelos acusados Arsenio, Otávio, Altayr e Claudete, não convidou a firma David Rompava e Cia. Ltda. para participar dessa licitação.

Como se explica, então, a presença dessa firma na referida licitação, como acima se falou?

O Dr. Promotor explica que o acusado Luiz Carlos Fabris, funcionário público e empregado da firma Santa Cecília, correu à firma David Rompava e lhe solicitou orçamento, assinado em branco, para servir de "cobertura de orçamento". Foi deste modo que David Rompava participou.

E como foi que descobriram isso?

Através do próprio David Rompava.

Segundo o relatório encaminhado pela Comissão Especial de Investigação, da Câmara de Vereadores, "a firma DAVI ROMPAVA & CIA. LTDA., através de seu titular Senhor DAVID ROMPAVA, mediante declaração subscrita em data de 06.8.85 (doc. de n.º 079) e entregue a esta Comissão, para os fins de direito, expressamente afirma que jamais participou de licitação ou consulta de preços para prestação de serviços ou vendas de peças em relação ao conserto do veículo objeto da TOMADA DE PREÇOS a que se refere a ata n.º 01/83." (Os grifos copiei-os do próprio relatório).

Diz mais David Rompava, que foi procurado por funcionário da firma COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS SANTA CECÍLIA LTDA., Senhor LUIZ CARLOS FABRIS, o qual pediu-lhe folhas de orçamento EM BRANCO, assinadas, as quais deveriam "servir para cobertura de orçamentos (sic)." (Os grifos são ainda do relatório).

Ora, foi com base nesses informes todos, que o digno e nobre Promotor de Justiça, Doutor Bortolo Constante Escorsim, pessoa que só sabe se conduzir com honestidade e independência, ofereceu a denúncia.

Houve fraude, sim. Houve engodo, termo empregado e repetido pelo Doutor Promotor, em sua denúncia.

Mas, parece-me que o engodo foi contra o próprio Doutor Promotor e, não houvesse o procedimento prévio de defesa, previsto especificamente para esses crimes, a Justiça também seria engodada.

O ilustre Promotor, quando ofereceu a denúncia, não tinha em mãos outra declaração, assinada posteriormente pelo mesmo David Rompava, na presença de testemunhas, através da qual não só desmente a primeira, como explica o modo como a prestou.

Esta declaração, que tem a data de 04 de setembro de 1985, encontra-se às fls. 4.175, do 25.º volume e tem o seguinte teor:

"Declaro, para fins de direito, que no dia 06 de agosto de 1985, subscrevi declaração de jamais haver tomado parte em licitação ou consulta de preços para a prestação de serviços ou venda de peças, em relação a conserto de veículos pertencentes ao município de Campo Largo e também de haver sido procurado pelo empregado da firma Comercio de Automóveis Santa Cecília Ltda., Senhor Luiz Carlos Fabris, para assinar folhas de orçamento em branco. Declaro outrossim, que a subscrevi cedendo às pressões e ameaças dos Vereadores Darci Antonio Andreassa, Pedro Alberto Barausse e Lourival Antonio Netzel, de que iriam cassar o mandato do atual Prefeito Municipal e se não cooperasse da mesma forma como fez a firma Auto Mecânica Campo Largo Ltda., cujo documento exibiu na ocasião, teria cancelado o alvará de funcionamento de minha firma e sofreria outras punições. Em consequência, para restabelecer a verdade dos fatos, declaro que jamais forneci folhas em branco para orçamento ou qualquer outra finalidade a pedido do Senhor Luiz Carlos Fabris, empregado da firma Comercio de Automóveis Santa Cecília Ltda. e reitero que participei efetivamente de várias licitações na Prefeitura de Campo Largo para a execução e prestação de serviços de reparo em veículos auto-motores de propriedade do Município."

Outras firmas teriam sido procuradas pelos mesmos vereadores, para prestarem declarações incriminatórias aos acusados, cujas firmas, porém, se negaram a fazê-lo, como esclarece Oswaldo Pissaia, titular da firma O. Pissaia & Cia. Ltda.

Declara Oswaldo Pissaia, às fls. 4.177, do 25.º volume, "para fins de direito, que no dia 06 de agosto de 1985 fui procurado pelos Vereadores Pedro Alberto Barausse, Lourival Antônio Netzel e Darci Antônio Andreassa, em meu estabelecimento comercial, os quais pediam-me para subscrever documento igual ao subscrito pela firma Auto Mecânica Campo Largo

Ltda., por eles exibido na ocasião, afirmando que jamais participara de licitação ou consulta de preços para prestação de serviços ou venda de peças, em relação a conserto de veículos pertencentes ao município de Campo Largo e que o empregado da firma Comercio de Automóveis Santa Cecília Ltda., Senhor Luiz Carlos Fabris solicitara folhas de orçamento, assinadas em branco de O. Pissaia & Cia. Ltda. Diante da minha veemente recusa em satisfazer-lhes a vontade, por não serem verdadeiros os fatos descritos naquele documento, passaram os referidos cidadãos a dirigir-me ameaças, sobretudo o cancelamento do alvará de funcionamento da empresa por mim dirigida, tão logo o atual Prefeito fosse afastado do cargo".

Isso já é suficiente para afastar a ocorrência do crime previsto pelo artigo 335 do Código Penal (fraude de concorrência), atribuído aos acusados. Em consequência fica, também afastada, a imputação feita ao Prefeito da prática dos crimes previstos pelo art. 1.º, I e II da lei específica.

A imputação feita ao Prefeito é a de ter homologado as quatro licitações irregulares e viciadas, utilizando renda pública em favor de sua empresa.

Mas já se tem, pelas declarações que acima transcrevi, que as licitações foram regulares, pois os próprios concorrentes perdedores vieram dizê-lo.

Ainda, porém, que irregular tivesse sido a licitação, irregular não foi a aplicação da verba, pois os carros públicos foram, afinal, reparados, com proveito e vantagem para o município. Desse modo, a irregularidade somente interessa ao campo administrativo, já que uma vez atingido o interesse público, não já crime a punir.

Mas, insistem os detentores da idéia fixa acusatória, porque somente a empresa do Prefeito saia vencedora? Os portadores de idéia livre e solta respondem que vencedor é o doente que tem, agora, a ambulância em condições de levá-lo, às pressas, sem solavancos, pelas ruas pavimentadas da cidade, ao centro médico.

O Prefeito, portanto, não tendo se apropriado, nem desviado em seu proveito, nem se utilizado indevidamente da renda pública, não cometeu o delito pelo qual foi acusado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Os crimes de que trata o Decreto Lei 201/67, são daqueles que podem ser julgados antecipadamente.

Recebendo a denúncia terá o Juiz, evidentemente, em seu despacho, o cuidado de não entrar no mérito, como procede nas sentenças de pronúncia. O não recebimento implica numa absolvição sumária.

O não recebimento da denúncia não im-

plica em nenhuma heresia. Aliás, não é somente nos delitos desta natureza, que o Juiz pode deixar de receber a peça inicial e determinar o seu arquivamento. Em crime de qualquer natureza pode fazê-lo.

Ainda este mês, no dia 04, nesta mesma comarca, a MMA. Juíza Substituta determinou o arquivamento dos autos de inquérito policial n.227/85, a pedido do representante do Ministério Público.

Tratava-se de inquérito policial instaurado a pedido da Transportadora Zanzolrenzi Ltda., contra os Vereadores Darcy Antônio Andreassa e Lourival Netzel, por terem estes, em tese, invadido a propriedade da Transportadora, no dia 05 de agosto de 1985 (por coincidência, no mesmo dia que os Vereadores procuraram firmas comerciais para subscreverem declarações acusatórias contra o Prefeito).

Entendeu o zeloso representante do Ministério Público, que os Vereadores "não tiveram o intuito de invadir a propriedade", mas, sim, lá adentraram "com intuítos moralistas, para averiguar "denúncias recebidas sobre locupletamento ilícito por parte de membros da atual administração municipal", razões pela qual o ilustre agente do "Parquet" solicitou o arquivamento daquele inquérito.

Nada nisso de anormal, uma vez que foram obedecidas as normas do Código adjetivo penal.

Ora, em todos os processos comuns da competência do Juízo singular, muito raramente se impede que o acusado padeça daquilo que se chama "Sofrimento processual", pois nestes processos, a defesa prévia é prévia só de nome, pois ela só é admitida depois que o denunciado já sofreu o vexame de se sentar, em público, no banco dos réus, isto é, só após o seu interrogatório.

Neste processo, porém, a defesa prévia, de que cuida o art.2.º, I, contém o seu significado real e não simplesmente para decorar o Dec. lei 201/67.

Se não é meramente decorativo, o inciso I do art.2.º tem uma finalidade objetiva e específica. O Professor Celso Delmanto, em artigo publicado na Revista dos Tribunais 536/479, diz dessa finalidade:

"Assim, com a defesa ou resposta preliminar, terá o acusado a possibilidade de evitar a instauração da ação penal, demonstrando a atipicidade da acusação, a negativa do fato ou da autoria, etc."

Vale dizer, o Juiz tem o dever de, desde logo, examinar questões relativas a excludentes de criminalidade, culpabilidade, etc. É o que vêm fazendo os Tribunais do Brasil, entre eles o Tribunal de Justiça de Mato Grosso:

"Nos crimes de responsabilidade de prefeito, o delito a ele imputado sempre sofrerá a sua análise e contestação antes

do procedimento judicial e o juiz, se convencido da inexistência do crime, rejeitará de plano a denúncia, em despacho fundamentado, independentemente de abertura de vista dos autos ao titular da ação. "(RT-530/375).

Aliás, "o ideal seria que a defesa preliminar, ou audiência prévia, pudesse alcançar todos os acusados de infrações penais, independentemente de suas qualificações pessoais e sem distinção quanto à natureza do crime imputado. Caso fosse ela, um dia, instituída em caráter geral e irrestrito, possibilitaria sensível redução do volume de ações penais em curso nos fóruns criminais. E não traria prejuízo algum para os interesses da Justiça, além de propiciar maior amplitude à defesa de todos os acusados e melhor garantia à liberdade dos cidadãos." (Celso Delmanto).

No caso presente, não sendo caso de prisão preventiva, nem de afastamento, o "mínimo" seria receber a denúncia, e com este mínimo já ficariam contentes e realizados os adversários do Prefeito, o Poder Judiciário não está, porém, para mostrar a sua "força" ao povo, mandando prender, afastar ou processar, mas agindo com sensatez, serenidade e equilíbrio, dando satisfação unicamente à sua consciência, que é com quem o Juiz dorme.

PELO EXPOSTO

I - Não recebo a denúncia e determino o seu arquivamento.

II - Adoto as argumentações do representante do Ministério Público como razão de decidir e, em deferimento ao seu pedido, determino o arquivamento dos itens I, III, IV, V, VI e VIII, do Relatório elaborado pela Comissão Especial de Investigação, encaminhado pela Câmara de Vereadores.

III - Defiro o requerimento formulado pelo Ministério Público às fls.3.652, do 22. volume, item 2.

Sem custas.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

Campo Largo, 14 de março de 1986.

JOÃO BAPTISTA DE ASSIS

Juiz de Direito

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO RUBENS BUENO, EM SESSÃO DO DIA 24 DE MARÇO DE 1986.

"CAMPONESES EM MARCHA"

Revista "Senhor"

Há hoje, em diversos centros acadêmicos, um esforço empreendido por vários pesquisadores no sentido de resgatar a memória das lutas camponesas, que fazem parte das muitas ocupações do campo brasileiro. O tema, em si, apesar de consideráveis

avanços, é ainda muito pouco explorado nas ciências sociais. Há dificuldades, certamente, que não fogem àquelas enfrentadas pela maioria dos investigadores. No que se refere os movimentos sociais, no entanto, por mais importantes que tenham sido as contribuições, por melhores que sejam as marcas que tenham deixado, muitos trabalhos confrontaram-se com questões nem sempre resolvidas. Nenhuma delas, evidentemente, fácil. Afinal, estamos lidando com incursões na história e nas estórias dos vencidos. Tratamos, ademais, com empreendimentos que buscam romper com a omissão ou as versões de uma historiografia nem sempre preocupada com a fala daqueles que sempre apareceram falados. Camponeses em Marcha é um bom exemplo desse tipo de produção.

A Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba, tem sua existência ligada à sorte de homens, mulheres e crianças em condições de exploração e opressão similares às de milhares de outros trabalhadores rurais, encontráveis no passado ou nos dias atuais. Dois personagens, entretanto, foram tragicamente transformados em figuras públicas: João Pedro, líder camponês, presbiteriano, analfabeto e pai de onze filhos, morre fuzilado a caminho de Sapé, numa tocaia; sua mulher, Elizabeth Teixeira, substituta na presidência das Ligas, depois foragida, separa-se dos filhos e é obrigada à vida na clandestinidade, na insegurança e sob o receio cotidiano da prisão. Um e outro tiveram agora com o filme *Cabra Marcado para Morrer*, seus dramas expostos como exemplo da memória dos sofrimentos e da resistência do homem do campo.

Assim como Pedro e Elizabeth tiveram suas vidas confundidas pela criação e organização da Liga de Sapé, a Liga não pode ser explicada senão no contexto do interior paraibano. Os anos são os anos 50. O Município em questão caminha, na ocasião, para transformar-se no segundo maior produtor de açúcar e álcool do Estado. Até o começo do século, a terra ali existente pertence a dezenas de proprietários de engenhos que aglutinam a seu redor tanto a produção da cana como a fabricação de seus derivados. As modificações tecnológicas e a perda de competitividade para São Paulo, entre outros fatores, são motivos para profundas transformações na indústria canavieira. São mudanças que trarão, na visão do autor, "a expropriação completa e definitiva do produtor direto e sua expulsão da terra". A agroindústria fortalecia no latifúndio.

Em vez de enfraquecer-se, por exemplo, com a crescente ameaça da produção açucareira e alcooleira de São Paulo, ou mesmo com as crises de preços, "adequada" à nova realidade, a grande propriedade de terra produtora de cana sobrevivia. E, mais do

que isso, ainda segundo César Benevides, "perpetuava-se o sistema e a força política do latifúndio...". E, para tal fim, os métodos já são conhecidos. Um deles, apenas: "Com a aproximação das eleições, as feiras dos camponeses eram realizadas obrigatoriamente nas usinas da família... excluía-se a possibilidade, ainda que remota, do camponês vislumbrar outra candidatura alternativa. No dia das eleições, os camponeses eram revistados pelos vigias eleitorais dos latifundiários e administradores das usinas."

Já nos anos 50, não eram novas as experiências de organização camponesa no Brasil. A bem da verdade, como já notou Evaristo de Moraes Filho, dadas as características agrícolas do País, o raro seria que a questão da organização da população deixasse de ali ocorrer em primeiro lugar. De qualquer forma, também a Igreja e outras instituições, como os partidos políticos, empenhavam-se em acompanhar os acontecimentos no campo. E, como era de se esperar, não foram pequenas as controvérsias.

A Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé - A Liga Camponesa de Sapé - surge neste contexto mais geral. Segundo Benevides, aparece em virtude das dificuldades legais para se criarem sindicatos rurais. Nasce, estatutariamente, com a finalidade de prestar assistência social a arrendatários, assalariados e a pequenos proprietários do Município e adjacências, bem como a defesa de seus interesses. E não demora muito, estabelece contato com o mundo urbano de João Pessoa, passando a representar "os diversos interesses das diversas correntes de camponeses envolvidos na luta de classes." Se, como diz o autor, "até fins da década de 50, nos campos paraibanos, vigorava o silêncio agrário traduzido com a tranquilidade de coronéis", a partir de então criaram-se outras associações, que, com suas reivindicações, incomodam os latifundiários. César Benevides diagnostica, então, o questionamento do "monopólio da terra e do poder vitalício das oligarquias rurais".

É certo que o processo de organização camponesa se intensifica. Em 1962, funda-se a Federação das Associações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Paraíba. É certo também que o mesmo processo provoca reverberações no poder político estadual. Isso, sem falar na presença ativa do IV Exército, "adotando medidas de prevenção veladas ou ostensivas". O desfecho é conhecido e, na conclusão de César Benevides, é explicável por que "o bloco agroindustrial se comporia com o novo Estado autoritário, apoiando o golpe, preparando seu espaço de dominação, e articu-

lando, novamente, a exclusão social e política de camponesinato".

Camponeses em Marcha termina com os soldados armados na rua. É um livro sobre um acontecimento que redundou em derrota. Entrega informações importantes e, muitas delas, desconhecidas até então. É uma aproximação à mais sobre o tema e, em especial, sobre a Paraíba e suas lutas camponesas. Não está isento de problemas. Ao leitor ficam algumas perguntas. Por exemplo, no que diz respeito à bibliografia.

Até que ponto de Queda, de Gnacarinni e Szmrecsányi não teriam sido importantes para o capítulo "Ligas e Poder?" São todos da década de 70. O mesmo no que se refere ao tema do populismo, aqui e ali presente no livro. Uma leitura de textos de Maria Lígia Prado, de Neusa Meirelles Costa, de Jeanne Maria Interlandi, de Guita Grim Debert e, principalmente, de Maria Lucia Montes, todos publicados em 1981, pela Cortez Editora, em Populismo e Comunicação não teria, talvez, evitado um tratamento nitidamente funcionalista do fenômeno?